

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROBERTO TODT

**AGENDA 21 – FERRAMENTA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.**

**Florianópolis
2006**

ROBERTO TODT

**AGENDA 21 – FERRAMENTA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.**

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração em Políticas e Gestão Institucional.

Professor Orientador: Pedro Carlos Schenini, Dr

Florianópolis

2006

ROBERTO TODT

AGENDA 21 – FERRAMENTA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 08 fevereiro de 2007.



Professor Rudimar Antunes Rocha, *Dr.*
Coordenador de Estágios

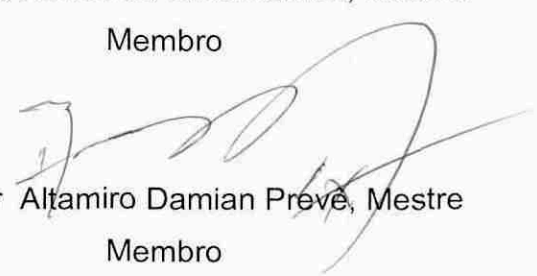
Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:



Professor Pedro Carlos Schenini, Doutor
Orientador



Professora Ivoneti da Silva Ramos, Mestre.
Membro



Professor Altamiro Damian Preve, Mestre
Membro

“Aprender uma cidade é, na verdade, uma coisa lenta. É preciso, entretanto, saber algumas coisas, e precisamos andar distraídos, bem distraídos, para reparar nessa alguma coisa”.

Rubem Braga

À minha esposa Simone pelo companheirismo e dedicação. Pelo esforço e incentivo nos momentos de angústia e indecisão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, ao Centro Sócio Econômico e ao Departamento de Ciências de Administração, que por meio do seu corpo docente e sua infra-estrutura, possibilitaram meu desenvolvimento acadêmico.

Ao grande amigo e Orientador Professor Doutor Pedro Carlos Schenini, que com paciência e dedicação mostrou-se presente em cada etapa desta empreitada.

A minha esposa Simone, pela dedicação, esforço e companheirismo incomuns.

Ao meu pai Emilio, pela ternura, alegria e exemplo de força e honestidade.

A minha mãe Maria, pelo exemplo de fé e bondade e pelo carinho com que reza todas as noites por mim.

Aos meus sogros Firmino e Luci pela acolhida, apoio e incentivo nos primeiros meses da graduação, sem os quais este momento não seria possível.

A Minha "Homa" pelo aconchego, sorriso e lágrimas em cada chegada e partida.

Às minhas irmãs Rosangela e Roseli, pelo apoio e torcida em cada novo desafio.

Aos Meus avós Dorvalino, Ângela e Jorge (in memoriam)", pelo exemplo, amor e carinho que deixaram saudades.

Aos meus colegas de curso, em especial aos amigos João Paulo e Everaldo pela colaboração e apoio nesta etapa tão importante de minha vida.

A cidade de Canoinhas pela inspiração.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

TODT, Roberto. **Agenda 21 – Ferramenta para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**. 2006. 112 f. Trabalho de conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

O crescimento desordenado da sociedade moderna tem feito com que o consumo dos recursos finitos da natureza seja cada vez maior, causando grandes impactos sociais e ambientais. Esta situação acabou por gerar mobilizações que culminaram com a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), promovida pela ONU e a formação do "Clube de Roma". No ano 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), com o objetivo de tentar encontrar soluções para os problemas ambientais enfrentados pelo planeta. O resultado desse encontro foi a Agenda 21, documento que contém compromissos assumidos entre os países participantes, com vistas a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. Este novo padrão de desenvolvimento é baseado no conceito de desenvolvimento sustentável. Nas cidades, a complexidade das estruturas sociais, econômicas e ambientais e culturais transforma a busca pelo desenvolvimento sustentável uma tarefa das mais difíceis. Os governos devem buscar, através de planos governamentais, atender as expectativas da sociedade, considerando o presente, o passado e as perspectivas para o futuro. Para tanto, o tema e o objetivo geral desta pesquisa foi estudar o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município de Canoinhas – SC. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se configurou como um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo. Foram utilizados dados primários, coletados por meio de entrevistas e observação, e secundários obtidos na pesquisa documental e bibliográfica. Como resultado, percebeu-se que o município de Canoinhas, bem como sua comunidade tem muito a avançar no caminho rumo a sustentabilidade. Ao analisá-lo levando em consideração os conceitos de sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial/geográfica e cultural foram identificados diversos problemas que merecem a atenção da administração municipal. A esses problemas, baseado nas informações colhidas e na teoria pesquisada, ofereceu-se, no âmbito deste estudo, propostas de políticas públicas que podem se implementadas contribuir para que o município de Canoinhas possa alcançar o desenvolvimento sustentável. Como conclusão, deixou-se claro, porém que se tratava apenas de propostas para uma realidade observada e que a participação da comunidade tanto na identificação dos problemas quanto na busca por soluções era fundamental. Nesse sentido não haveria ferramenta melhor a ser utilizada que a Agenda 21 Local.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias Limpas, Planejamento Estratégico, Políticas Públicas, Agenda 21.

ABSTRACT

TODT, Roberto. **Agenda 21 - Tool for the elaboration of public politics of sustainable development**. 2006. 112 f. Work of conclusion of Period of training (Graduation in Administration). Course of Administration, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

The disordered growth of the modern society has made nature's consumption of the finite resources bigger each time, causing great social and environmental impacts. This situation ended up generating mobilizations that had culminated with the Conference on Environment in Estocolmo (1972), promoted by the United Nations (ONU) and the establishment of the "Club of Rome". In 1992, in the city of Rio de Janeiro, there was the Nations' Conference on Environment and Development (Cnumad), which objective was to try to find solutions for the environmental problems faced by the planet. The result of this meeting was the "Agenda 21", a document that contains commitments assumed between the participant countries, to change the standard development in the next century. This new standard of development is based on the concept of sustainable development. In the cities, the complexity of social, economic, environmental and cultural structures transforms the search for the sustainable development one of the most difficult tasks. The governments must search through governmental plans ways to fulfill the expectations of the society, considering the present, the past and the perspectives for the future. For this reason, the general objective of this research was to study the planning of public politics directed to the sustainable development of the city of Canoinhas - SC. Concerning the methodological procedures, the research if designed as an exploring-descriptive case study. Primary data has been used, which has been collected by means of interviews and observations; the secondary data was obtained through bibliographical and documentary research. It has been realized that the city of Canoinhas, as well as its community, has a lot to develop in the way to sustainability. When analyzing it, taking into consideration the concepts of social, economical, ecological, spacial/geographical and cultural sustainability a lot of problems that deserve the attention of the municipal administration have been identified. For these problems, based in the collected information and the searched theory, it was offered, in the scope of this study, proposals of public politics that can if implemented contribute, so that the city of Canoinhas can reach the sustainable development. It is clear, however, that this work leaves only proposals for an observed reality and that the participation of the community not only in the identification of the problems but also in the search for solutions was fundamental. For this reason, it would not have been a better tool to be used than the local "Agenda 21".

Key Words: Sustainable Development, Clean Technologies, Strategical Planning, Public Politics, Agenda 21.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Rede de relações da administração pública municipal..... | 45 |
| Figura 02: Localização municipal | 61 |
| Figura 03: Ações de promoção habitacional municipal | 68 |
| Figura 04: Hidrografia municipal | 80 |

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Composição setorial das empresas formais de Canoinhas 73

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01: As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável..... | 25 |
| Quadro 02: Resumo dos fatores e influências da gestão Municipal..... | 46 |
| Quadro 03: Fauna da Floresta Ombrófila Mista | 84 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Número de ocorrências por bairro de janeiro a junho de 2006..... | 69 |
| Tabela 02: PIB, população e PIB per capita de Canoíhas – 1999 / 2003..... | 71 |
| Tabela 03: Composição setorial do PIB de Canoíhas 2000 / 2003 | 71 |
| Tabela 04: Balanço patrimonial de Canoíhas - 2000 / 2003..... | 76 |
| Tabela 05: Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água..... | 87 |
| Tabela 06: Proporção de moradores por tipo de Instalação Sanitária | 88 |
| Tabela 07: Número de consumidores e consumo de energia por classe | 90 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA..... | 16 |
| 1.2 OBJETIVOS | 20 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 20 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 20 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 20 |
| 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO | 22 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 23 |
| 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... | 23 |
| 2.2 TECNOLOGIAS LIMPAS | 28 |
| 2.2.1 Melhorias obtidas a partir da adoção de tecnologias limpas | 30 |
| 2.2.2 Tecnologias limpas e a gestão pública sustentável | 30 |
| 2.3 AGENDA 21 | 32 |
| 2.3.1 Agenda 21 Global..... | 32 |
| 2.3.2 Agenda 21 Brasileira | 34 |
| 2.3.3 Agenda 21 Local | 37 |
| 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS | 38 |
| 2.4.1 Administração pública | 39 |
| 2.4.2 Administração pública municipal | 42 |
| 2.4.3 Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável | 47 |
| 3 METODOLOGIA | 50 |

| | |
|---|-----------|
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 50 |
| 3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS | 52 |
| 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE | 52 |
| 3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 53 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS..... | 55 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO | 55 |
| 4.1.1 História | 56 |
| 4.1.2 Localização, características geo-climáticas e inserção regional | 58 |
| 4.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO | 62 |
| 4.2.1 Sustentabilidade social..... | 62 |
| 4.2.1.1 Emprego e renda..... | 63 |
| 4.2.1.2 Educação | 64 |
| 4.2.1.3 Saúde | 65 |
| 4.2.1.4 Habitação | 67 |
| 4.2.1.5 Segurança pública..... | 68 |
| 4.2.2 Sustentabilidade econômica..... | 70 |
| 4.2.2.1 PIB..... | 70 |
| 4.2.2.2 Setor privado | 72 |
| 4.2.2.3 Setor público | 75 |
| 4.2.3 Sustentabilidade ecológica..... | 78 |
| 4.2.3.1 Recursos hídricos | 79 |
| 4.2.3.2 Solo | 81 |
| 4.2.3.3 Vegetação | 82 |
| 4.2.3.3 Fauna | 83 |

| | |
|--|------------|
| 4.2.4 Sustentabilidade espacial/geográfica | 85 |
| 4.2.4.1 Abastecimento de água | 86 |
| 4.2.4.2 Esgoto | 87 |
| 4.2.4.3 Coleta de lixo | 88 |
| 4.2.4.4 Distribuição de energia | 89 |
| 4.2.4.5 Telefonia | 90 |
| 4.2.4.6 Transportes | 90 |
| 4.2.4.7 Sistema viário | 92 |
| 4.2.5 Sustentabilidade cultural | 93 |
| 4.2.5.1 Equipamentos voltados a cultura | 94 |
| 4.2.5.1 Festas e manifestações culturais | 94 |
| 4.3 PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CANOINHAS | 98 |
| 4.3.1 Sustentabilidade social | 99 |
| 4.3.2 Sustentabilidade econômica | 100 |
| 4.3.3 Sustentabilidade ecológica | 101 |
| 4.3.4 Sustentabilidade espacial/geográfica | 102 |
| 4.3.5 Sustentabilidade cultural | 103 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| 5.1 CONCLUSÕES | 105 |
| 5.2 RECOMENDAÇÕES | 106 |
| REFERÊNCIAS | 108 |

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental coloca-se como uma das grandes questões deste início de século para comunidades e seus representantes. Neste sentido, o presente estudo é uma tentativa de contribuir para com essa discussão. Nele serão abordados questões relativas à sustentabilidade e à utilização de itens da Agenda 21 para o diagnóstico da situação de Canoinhas, bem como a proposição de políticas que podem ser implementadas visando o seu desenvolvimento sustentável.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

No início de sua peregrinação pelo planeta o homem não era mais que um dos elementos que compunham o equilíbrio ecológico de então. Caçando e pescando para sua subsistência ele não representava perigo para o ambiente no qual vivia. A natureza com facilidade recompunha as áreas por ele utilizadas.

Com o passar do tempo, porém, sua capacidade de pensar, manipular e alterar o meio em seu favor se tornou cada vez mais acentuada. O homem antes apenas mais um elemento no quadro natural passou a construir agrupamentos cada vez mais organizados, cujas necessidades precisavam ser supridas. Surgiram as aldeias, as vilas, as cidades e com elas a necessidade crescente de consumir e alterar o ambiente ao seu redor.

Dentro desta dinâmica, pouco a pouco o equilíbrio ambiental antes existente cedeu seu lugar ao quadro de desarmonia com o qual nos defrontamos hoje.

A partir a década de 60 a comunidade internacional começou a se movimentar no sentido de discutir essa realidade. Essas discussões, intensificadas nos anos seguintes, culminam com a conferência sobre o meio ambiente em Estocolmo no ano de 1972, e a Rio 92 no Rio de Janeiro em 1992, cujo produto principal foi o lançamento da Agenda 21, documento onde estão registrados os compromissos assumidos entre os países participantes, para a alteração do padrão de desenvolvimento neste século.

A idéia central deste documento é a de viabilizar a construção de um plano de ação e um planejamento participativo global, nacional e local, capaz de permitir o início de um ciclo de desenvolvimento satisfatório e equilibrado.

É fácil perceber que no ritmo com que nós seres humanos, exaurimos as reservas naturais e comprometemos a saúde do solo, água e ar com todo tipo de dejetos o futuro das próximas gerações está comprometido. Lixo, poluição, alterações climáticas e miséria são sem sombra de dúvida os subprodutos do crescimento desordenado e descontrolado. No entanto, mesmo conscientes do problema, é fato que habitam hoje o planeta mais de seis bilhões que pessoas as quais demandam alimentos, vestuário, moradia e toda sorte de produtos "necessários" a vida moderna. Que medida tomar então? Como permitir a existência e evolução destas sociedades e seu abastecimento sem inviabilizar o futuro das gerações vindouras?

Não é difícil perceber a complexidade do problema, da mesma forma como não é difícil, verificar a necessidade de um trabalho que envolva conjuntamente todos os atores sociais. O Estado, nesse sentido, tem muito a contribuir. Cabe a ele em todos os seus níveis e ramificações e em conjunto com os demais atores sociais, criar um ambiente no qual o conceito do desenvolvimento sustentável possa vir a tornar-se realidade.

Quanto aos municípios, células básicas constitutivas do corpo do estado, é sua e de seus administradores, parte considerável dessa tarefa.

Neste contexto, a Agenda 21 Local deve ser entendida como uma ferramenta de extrema importância. O fato de ser elaborada pelo conjunto da sociedade local, levando em consideração os aspectos econômicos, a conservação e a administração dos recursos ambientais, o fortalecimento dos grupos sociais e o papel dos diversos segmentos na implementação das ações propostas lhe permite nortear as ações municipais na elaboração e implementação de políticas públicas para um desenvolvimento sustentado.

Este estudo, desta forma, tem por objetivo basilar fazer uma análise dessa temática. Embora, muito já se escrito sobre o tema, a exemplo dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Daniel Trento do Nascimento e Silvana Souza da Cruz o assunto definitivamente não está esgotado. Por esse motivo optou-se por resgatá-lo analisando a problemática do desenvolvimento sustentável no município de Canoinhas e a partir dessa análise propor projetos e políticas públicas que através da implementação de uma Agenda 21 Local venham a permitir o início de um ciclo de desenvolvimento sustentável para o mesmo.

Fundado pelo agricultor Francisco de Paula Pereira, em 1888, o município de Canoinhas conquistou sua emancipação em 12 de setembro de 1911, desmembrando-se de Curitiba.

Em seus primórdios o município cresceu rapidamente, dada a existência da erva-mate nativa, produto que era comercializado sem dificuldades e que serviu de base para o desenvolvimento inicial da região.

A partir da chegada de imigrantes alemães, poloneses, ucranianos, italianos e sírios-libaneses o processo foi acelerado, com o extrativismo da madeira, que passou, também, a alavancar este crescimento. Atualmente o município é produtor de papel e celulose e inúmeros produtos agropecuários entre eles feijão, trigo, milho, batata, fumo e carnes.

Apesar de possuir uma agricultura familiar forte, base de sua economia, e um setor industrial promissor o município se vê as voltas com problemas como a baixa renda de sua população, o alto índice de desemprego e problemas ambientais comuns a maioria dos municípios brasileiros.

Dentro deste contexto faz-se necessário apontar e propor políticas públicas possibilite o desenvolvimento do município de Canoinhas de forma sustentável. Isto posto, verifica-se que uma das alternativas mais consistentes e favoráveis a este propósito é a implantação de uma Agenda 21 Local para o município, nos moldes da que foi implantada em municípios como Vitória no Espírito Santo e Florianópolis em Santa Catarina, por exemplo.

Desta forma, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **“Quais as políticas públicas que podem ser planejadas e implementadas no município de Canoinhas para que ele alcance um desenvolvimento sustentável?”**

1.2 OBJETIVOS

Apresentam-se a seguir os objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Efetuar estudos no município de Canoíñas visando identificar quais as políticas públicas que podem ser planejadas e implementadas no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do município de Canoíñas – SC.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral do presente trabalho, apresentam-se como objetivos específicos:

- a) Identificar e caracterizar os principais problemas de sustentabilidade no município de Canoíñas.
- b) Analisar a problemática da sustentabilidade no município.
- c) Propor projetos e políticas para o município em estudo

1.3 JUSTIFICATIVA

Escolher um tema para estudo e realização de um trabalho acadêmico reveste-se de fundamental importância para o sucesso da etapa da caminhada

que com ele se finda. Além da importância em termos de agregação de conhecimento por parte do pesquisador é interessante que o mesmo seja útil àqueles que venham procurar conhecimento nesta naquela.

Diante disso, o que se busca neste estudo é unir conhecimento teórico *com dados colhidos do ambiente, os quais propiciando um melhor entendimento* da realidade poderão servir de base para a análise da sustentabilidade do município objeto do estudo e a propositura de políticas públicas a serem adotadas no município.

Castro (1977, p. 68) afirma que na produção acadêmica de planos e propostas é preciso conhecer a realidade antes de tentar modifica-la. No âmbito do desenvolvimento sustentável isso significa identificar a situação atual do espaço a ser analisado.

É fácil perceber uma tendência cada vez maior no sentido de buscar a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta. E fato também que existem muitos desafios de ordem social e econômica a serem vencidos. Nesse sentido, a gestão pública tem muito a contribuir uma vez que ela responde pela maior produção e consumo de receita Deodato (1984, p.6).

Em meio a esta problemática este trabalho mostra-se importante pela oportunidade de executar uma análise em uma situação real utilizando o arcabouço teórico do desenvolvimento sustentável. Mostra-se também oportuno e viável, pois as questões ambientais nunca mereceram tanto destaque facilitando a abordagem e desenvolvimento do tema junto ao município escolhido.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia foi estruturada em cinco capítulos distintos. O primeiro e presente capítulo constituiu-se na apresentação da contextualização do estudo, na definição do problema de pesquisa, nos objetivos, justificativa e organização do trabalho.

O segundo capítulo diz respeito a fundamentação teórica do estudo, dividida em quatro itens: desenvolvimento sustentável, tecnologias limpas, Agenda 21 e Administração Pública.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. São expostos o tipo de pesquisa e os métodos de coleta e análise de dados.

O quarto capítulo constituiu-se da apresentação e análise dos dados coletados. Está dividido em três partes: caracterização do município, identificação e análise de sua sustentabilidade no município e propostas para o desenvolvimento sustentável.

O quinto capítulo compreendeu as conclusões, recomendações e limitações do estudo.

Na sequência são apresentados as referências e os anexos utilizados na elaboração da presente pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente estudo nasceu a partir da constatação da importante ligação existente entre o desenvolvimento sustentável e a administração pública. Verifica-se a urgente necessidade de se repensar o papel do poder público frente a crescente degradação do meio e a da adoção da agenda 21 como ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a fundamentação teórica deste trabalho esta alicerçada no estudo de temas como ecologia, desenvolvimento sustentável, tecnologias limpas Agenda 21 e políticas públicas.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir do conhecimento de toda a problemática ecológica, dos riscos que o planeta corre em razão do desenvolvimento desequilibrado e predatório e da necessidade que a sociedade humana tem de se utilizar dos recursos do meio para sua sobrevivência chega-se ao conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Brüseke (1996, p. 284), “apesar da impressão, de que a idéia da sustentabilidade é o ultimo grito das teorias sobre o desenvolvimento, trata-se, na verdade de um conceito que carrega uma certa carga histórica consigo”. Para este autor já na teoria da silvicultura medieval encontram-se argumentos que incentivam o uso prolongado e permanente das florestas. A idéia de que elas fossem mantidas como uma fonte durável de bens florestais e, assim

como fonte de renda nos remete a um conceito primitivo de desenvolvimento em harmonia com o meio.

No caminho dessa discussão, continua o autor, contemporaneamente, foi *Maurice Strong* que usou pela primeira vez, em 1973, o conceito *ecodesenvolvimento*.

Mais tarde, na década de 80, quando a preocupação com os problemas ambientais passou a tornar mais intensa, houve a disseminação do termo *sustentabilidade*, palavra que passou a ser utilizada por diversos autores e estudiosos com múltiplas definições.

Sachs (1986), por exemplo, autor de importante obra sobre o tema, considerou a sustentabilidade um conceito dinâmico que engloba um processo de mudança e apresenta cinco dimensões:

- a) Sustentabilidade social – maior equidade na distribuição de renda e bens;
- b) Sustentabilidade econômica – redução dos abismos norte/sul, por meio de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados;
- c) Sustentabilidade ecológica – qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais;
- d) Sustentabilidade espacial – melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos;
- e) Sustentabilidade cultural – evitar conflitos culturais.

Montibeller-Filho (2001, p. 49), baseado na obra de Sachs, por sua vez, parte para a apresentação das cinco dimensões do desenvolvimento sustentável propostas pelo autor com seus componentes e objetivos (Quadro 01).

| DIMENSÃO | COMPONENTES | OBJETIVOS |
|--|---|--|
| SUSTENTABILIDADE SOCIAL | <ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida; à maior qualificação profissional). - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. | REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS |
| SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA | <ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. | AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA |
| SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA | <ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos do ecossistema. - Prudência no uso de recursos naturais não renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. | MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES |
| SUSTENTABILIDADE ESPACIAL / GEOGRÁFICA | <ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades; de poluição). - Relação cidade/campo equilibrada. | EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES |
| SUSTENTABILIDADE CULTURAL | <ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. | EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO |

Quadro 01: As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável
 Fonte: Sachs (apud Montibeller-Filho, 2001, p. 49)

Em 1987, como mediação entre as propostas de “crescimento zero” feita pelo Clube de Roma (países desenvolvidos da Europa) e a de “crescimento a qualquer custo” invocado pelos países subdesenvolvidos em 1972, surge a proposta do Desenvolvimento Sustentável no Relatório Brundtland.

Partindo de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global a Comissão de Brundtland, no relatório “Nosso Futuro Comum”, realça a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política chamando a atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual.

As idéias constantes deste relatório segundo Ferreira (2000, p.25), se configuram na definição mais conhecida e utilizada para desenvolvimento sustentável.

...desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de mudança na qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais serão feitas consistentemente ao atendimento às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Seguindo a mesma linha de pensamento constante no relatório Brundtland muitos outros autores também se posicionaram frente essa mesma temática.

Para Schenini (1997), o desenvolvimento sustentável se firma em três pilares básicos, que são o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio

ecológico, sendo todos imbuídos do mesmo espírito holístico de harmonia e responsabilidade comum.

Bezerra; Ribeiro (1999) por sua vez, citam o conceito de desenvolvimento sustentável adotado pelo Grupo de Acompanhamento e pela Comissão Nacional de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira:

Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social, por meio de políticas de emprego e renda. Esse estilo de desenvolvimento deve oferecer um *amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura econômica e social*, mobilizando os recursos para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Nascimento (2003), dentro de seu ponto de vista, relaciona o que considera como sendo os princípios do desenvolvimento sustentável:

- a) Integrar a conservação da natureza;
- b) Satisfazer as necessidades básicas do ser humano;
- c) Perseguir equidade e justiça social;
- d) Buscar a autodeterminação social e a diversidade cultural;
- e) Manter a integridade ecológica.

Para este autor o estado de degradação do planeta é irreversível, no entanto, uma mudança nos processos de desenvolvimento vigentes, com ênfase meramente econômica, ainda é viável, tornando a busca pelo desenvolvimento sustentável uma alternativa para a minimização dos problemas ambientais pelo mundo.

(ROSSETTO, 2003), de outro lado, afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se principalmente às conseqüências da relação entre atividade econômica e meio ambiente na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Desta forma, sintetizando todas as definições e pontos de vista dos diversos autores abordados, podemos chegar a entender o desenvolvimento sustentável como sendo um conceito que envolve não só aspectos econômicos e ambientais, mas também questões sociais, culturais e geográficos. Aplica-lo a realidade, por sua vez requer medidas por parte de toda a sociedade, entre elas: um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema econômico capaz de gerar excedentes e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes; um sistema social capaz de resolver as tensões causadas pelo desenvolvimento não-equilibrado; um sistema de produção que respeite e preserve a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e, um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se. (ROSSETTO, 2003)

Com base nessas colocações, é fácil perceber o desafio de se alcançar a sustentabilidade, pois esta não depende apenas da preservação ambiental, mas de um equilíbrio entre as forças que movem a sociedade e o homem.

2.2 TECNOLOGIAS LIMPAS

As preocupações relativas às questões ambientais em geral, e especificamente, na área de proteção vêm dando resultado. Aos poucos o comportamento das empresas e de seus dirigentes vem sendo alterado para o novo modelo de comportamento de produção que passa a ser adotado no âmbito mundial.

A tecnologia limpa é o meio pelo qual as empresas estão dando sua parcela de colaboração para o desenvolvimento sustentável sem a degradação do meio. Além de diminuir os riscos de multas e processos por degradação ambiental elas podem obter certificados como a ISO 14000 e conquistar consumidores que se preocupam com o futuro do planeta.

No entanto, o que vem a ser tecnologia limpa?

Para Pereira e Alperstedt (1996) tecnologia limpa significa a menor utilização de insumos e a menor geração de poluição, pois segundo o autor a poluição é sinal de ineficiência e redução de lucros.

Já segundo Valle (1995), tecnologia limpa significa aplicar, de forma contínua uma estratégia ambiental aos processos e produtos de uma indústria, afim de reduzir riscos ao meio ambiente e ao ser humano. Essa estratégia visa prevenir a geração de resíduos, em primeiro lugar, e ainda minimizar o uso de matérias primas e energias.

Schenini (1997), por sua vez afirma que as tecnologias limpas são definidas como sendo qualquer medida técnica tomada para reduzir ou mesmo eliminar na fonte, a produção de qualquer incômodo, poluição ou resíduo e que ajude a economizar matérias primas, recursos naturais e energia.

Desta forma, pode-se concluir que tecnologias limpas são todas as tecnologias, tanto técnico-produtivas como gerenciais, que sendo utilizadas na produção de bens e serviços não afetam o meio ambiente na qual estão inseridas.

2.2.1 Melhorias obtidas a partir da adoção de tecnologias limpas

A implantação de tecnologias limpas é algo passível de ser feito em qualquer atividade, independentemente do porte da organização ou do setor em que esta atua, trazendo resultados favoráveis no que se refere a competitividade, qualidade do produto final e melhora da imagem organizacional perante seus consumidores.

No entanto, a maior beneficiada com a disseminação das práticas e uso de tecnologias limpas é em ultima instancia toda a sociedade.

Schenini (1997) indica alguns desses benefícios:

- a) proteção ambiental;
- b) melhorias nas condições de trabalho;
- c) economia de matérias-primas e endergia;
- d) melhoria na qualidade dos produtos;
- e) diminuição dos custos e perdas;
- f) incremento na produtividade e lucratividade.

2.2.2 Tecnologias limpas e a gestão pública sustentável

Quando se aborda a temática das tecnologias limpas, o que primeiro vem a mente é a imagem de novos processos e equipamentos que eliminam ou diminuem a poluição. Entretanto, a evolução das pesquisas na área, comprova que as tecnologias sociais como as técnicas gerenciais, também contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Schenini (1997), dentre as inúmeras ações e procedimentos que podem ser utilizados na gestão pública sustentável como tecnologias limpas destacam-se:

- a) a Agenda 21 Local;
- b) a ética e responsabilidade social;
- c) as informações geo-espaciais, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para uso em cadastros multifinalitários como mapeamento e monitoramento de parques, bancos genéticos, jazidas e equipamentos municipais;
- d) a contabilidade e finanças públicas ambientais;
- e) as comunicações ecológicas, entre as quais cartazes, cartilhas, mapas ecológicos, roteiros e campanhas;
- f) o SGA – Sistema de Gestão Ambiental;
- g) a tributação como elemento restritivo a poluição;
- h) a auditoria ambiental;
- i) os projetos ecológicos de recuperação e melhoria ambiental;
- j) os planos de proteção ambiental à flora, fauna e recursos naturais;
- k) a Agenda Marrom – qualidade sanitário ambiental;
- l) os suprimentos de matérias primas e insumos não degradantes do meio;

- m) as parcerias e alianças estratégicas para viabilização de projetos ecológicos;
- n) o plano diretor ecológico – planejamento territorial urbano;
- o) o zoneamento ecológico do município;
- p) a educação ambiental;
- q) o estatuto da cidade;

2.3 AGENDA 21

A crescente preocupação com os problemas ambientais e o legado que a geração atual deixará para as futuras foi o tema de sucessivos encontros e discussões. Nessas reuniões, em que se produziram documentos como o Relatório Brundtland, o risco que o desenvolvimento desenfreado e o descaso para com o meio ambiente pode trazer para os habitantes do planeta foi o foco central dos debates.

2.3.1 Agenda 21 Global

Em junho de 1992 reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro mais de 35.000 pessoas, entre elas 106 chefes de governos, para participar da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Considerada por muitos autores um divisor de águas a Rio 92 como foi chamada teve como seu principal produto um relatório que recebeu o nome de Agenda 21.

A Agenda 21 ou Agenda 21 Global, como querem alguns autores foi o resultado de anos de preparação que culminaram com o encontro na cidade do Rio de Janeiro. Ele se constitui em um plano estratégico, considerado a tentativa mais ousada, para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

A Agenda 21 mostra que a população, o consumo e a tecnologia são fatores básicos nas mudanças ambientais e propõe o que deve ser feito para reduzir o desperdício e o consumo exagerado e de recursos naturais. Ela representa o consenso internacional para iniciar a implementação de um novo estilo de desenvolvimento, capaz de conciliar o desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de riquezas, apto a gerar maior inclusão social e econômica e respeitar a fragilidade e a interdependência dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais, *condição para o atendimento das necessidades das gerações futuras e para a sobrevivência do planeta*. Em seus 40 capítulos são apresentadas políticas e programas para atingir um balanço sustentado entre consumo, população e a capacidade de suporte do planeta além de serem fornecidas opções para combater a poluição do ar, da água e do solo bem como para conservar as florestas e a diversidade de espécies vivas.

Além da preocupação ambiental a Agenda 21 também apresentou a preocupação com a erradicação da pobreza. O objetivo de possibilitar condições de acesso ao emprego aos mais necessitados, utilizando-se de recursos que não degradem o meio ambiente bem como acesso à saúde, à educação, à habitação,

e condições dignas de saneamento ao tanto ao morador do campo como ao da cidade também fizeram parte dela.

Desta forma, fica evidente que o conteúdo deste relatório não foi estritamente ambiental. Ele contemplou equitativamente aspectos ambientais, econômicos e sociais.

De acordo o Ministério do Meio Ambiente (2000, p. 11)

A Agenda não enfoca apenas situações voltadas à preservação e conservação da natureza. Considera questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Levando em consideração os vários aspectos e questões abordados a Agenda 21 Global teve seu conteúdo dividido em quatro sessões:

Dimensões sociais e econômicas;

- a) Conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento;
- b) Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais;
- c) Meios de implementação;

Merecem destaque alguns dos conceitos-chave da Agenda 21 Global, considerados fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Entre esses conceitos então cooperação e parceria, educação e desenvolvimento individual, equidade e fortalecimento dos grupos socialmente vulneráveis, planejamento integrado, desenvolvimento da capacidade institucional e informação.

2.3.2 Agenda 21 Brasileira

Dentro desse espírito de que a comunidade global é um reflexo das comunidades locais, logo após o lançamento da Agenda 21 Global os países que participaram do encontro no Rio de Janeiro iniciaram o processo de formulação de suas próprias agendas.

Aqui no Brasil a sua elaboração deu-se a partir da criação de uma Comissão Interministerial denominada Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável composta por vários ministérios à qual se juntaram representantes de sociedade civil dos mais variados segmentos da sociedade brasileira. O objetivo era, através da participação coletiva, construir um novo modelo de desenvolvimento que melhor refletisse a problemática sócio-econômica-ambiental e que mais contribuísse para a implementação da sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento.

Em julho de 2002 foi lançada a Agenda 21 Brasileira, documento no qual estavam definidos os compromissos com o desenvolvimento sustentável no país e que trazia no seu corpo uma plataforma de 21 ações prioritárias. Eram elas:

- a) Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício;
- b) Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas;
- c) Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura, e integração regional
- d) Energia renovável e biomassa;
- e) Informações e conhecimento para o desenvolvimento sustentável;
- f) Educação permanente pelo trabalho e vida

- g) Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o Sistema Único de Saúde (SUS);
- h) Inclusão social e distribuição de renda;
- i) Universalizar o saneamento ambiental protegendo o meio ambiente e a saúde;
- j) Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana;
- k) Desenvolvimento sustentável do Brasil rural;
- l) Promoção da agricultura sustentável;
- m) Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável;
- n) Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável;
- o) Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas;
- p) Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade;
- q) Descentralização do pacto federativo: parcerias consórcios e o poder local;
- r) Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos;
- s) Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável;
- t) Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação;
- u) Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

A partir da Agenda 21 Brasileira e da Agenda 21 Global vários estados desenvolveram suas próprias agendas respeitando suas características e peculiaridades. Muitos municípios, por sua vez, também iniciaram o processo de desenvolvimento, tornando a Agenda 21 Local um importante instrumento de planejamento e implantação de políticas públicas em suas regiões.

2.3.3 Agenda 21 Local

Dentro da idéia de que a comunidade global é um reflexo das comunidades locais, surge a Agenda 21 Local. A agenda 21 Local pode ser considerada como um processo no qual são identificadas as oportunidades e obstáculos para que o município alcance o desenvolvimento sustentável.

Segundo Nascimento (2003) durante o processo de desenvolvimento da Agenda 21 Local, a comunidade consegue identificar as suas deficiências, inovações, forças e recursos próprios, fazendo as escolhas que a levarão a se tornar uma sociedade sustentável.

No parágrafo primeiro do artigo 28 da Agenda 21 Global encontram-se as bases da parceria necessária, nos planos nacional e local, para se atingir os objetivos preconizados na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Neste parágrafo a Agenda 21 Global destaca que como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem,

operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta do público, em favor de um desenvolvimento sustentável.

Para o Ministério do Meio Ambiente (2000, p. 11), o objetivo principal da Agenda 21 Local deve ser,

...a formulação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um *cenário de futuro desejável pela comunidade local* e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental.

Desta forma, a Agenda 21 Local não é um plano de governo, em nenhuma esfera, entretanto, poderá ser um excelente norteador de políticas públicas a serem adotadas por estes governos, uma vez que é construída a partir da colaboração e envolvimento de toda a comunidade. Pois independentemente do grau de conhecimento que o administrador público tenha a respeito da real situação em que o município se encontra a comunidade local deve estar envolvida. Ela além de ter participação fundamental na elaboração da agenda também o terá na sua implementação, implantação e principalmente acompanhamento e controle.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da implantação de uma Agenda 21 Local os administradores municipais passam a ter subsídios e referências para a implementação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável. Antes, porém, de abordar o conceito de políticas públicas convém deter-se sobre itens como a administração pública, administração pública municipal.

2.4.1 Administração pública

Administrar segundo Chiavenato (1999) é a tarefa de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação, através do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços.

Como Chiavenato um sem número de autores já se propôs a dizer no que consiste a ciência da administração. Os conceitos e definições variam bastante mas todos em síntese tratam a administração como a ciência que procura realizar os objetivos da organização utilizando técnicas predefinidas.

Com relação a Administração Pública, para que o seu conceito possa ser delimitado com precisão, deve ser considerado num determinado tempo e espaço, pois depende fortemente do contexto cultural vivido em determinada época e lugar.

Pode-se falar de administração pública, aludindo-se aos instrumentos de governo, como a gestão dos interesses da coletividade. Como ressalta Meirelles (1990, p. 52) "administração pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, com o fim de realizar o bem comum".

Segundo este autor, os princípios da administração pública estão consubstanciados em três regras de observância permanente e obrigatória: Legalidade, Moralidade e Finalidade.

Legalidade: ao administrador só é permitido fazer o que a lei autoriza.

Moralidade: dever de saber distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto o justo do injusto.

Finalidade: objetivo único de defender o bem estar coletivo e o atendimento das exigências da comunidade.

A Constituição de 1988, também menciona em seu texto princípios que devem nortear a administração pública. São eles: o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da publicidade.

Os princípios citados por Meireles e pela Constituição Federal devem servir de base para toda e qualquer função administrativa do Estado. Entretanto, para que os gestores possam gerir os negócios públicos, não bastam apenas princípios, é necessário que os mesmos disponham do que é designado como *poder administrativo*.

Os poderes administrativos são apresentados sob diversas modalidades em função do modo e forma de sua atuação e seus objetivos. Segundo Meirelles (1990), eles podem ser classificados conforme:

a) A liberdade de utilização:

- poder vinculado: é aquele que a lei confere ao administrador público para a prática de ato de sua competência, determinando o conteúdo, o modo, o tempo e a forma de seu cometimento.

- poder discricionário: é o que o direito concede à administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

b) Seu fundamento:

- poder hierárquico: é o que dispõe o executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e serviços, estabelecendo relação de subordinação entre os servidores de seu quadro administrativo.
- poder disciplinar: é a faculdade que se confere ao administrador público de reprimir as infrações funcionais de seus subordinados, no âmbito interno da administração.

c) Sua finalidade normativa:

- poder regulamentar: é a faculdade que dispõem os chefes do executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos sobre matéria de sua competência, ainda não regulada em lei.

d) O objetivo de proteção:

- poder de polícia: é a faculdade discricionária que se reconhece à administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo dos bens e direitos individuais, em benefício do bem estar da coletividade.

Segundo Cruz (2005) a administração pública se caracteriza por ter uma relação de responsabilidade direta com o processo histórico global que se dá no desenvolvimento da sociedade. Daí a necessidade de redefinir sua missão diante das mudanças, sob pena de comprometer sua capacidade sinérgica.

Segundo Teixeira; Santana (1994), é necessário introduzir mudanças na administração pública, propor novas diretrizes e mecanismos de gestão, adequar-

se a novos anseios e procedimentos, interferindo na cultura organizacional da administração pública.

O equilíbrio e a estabilidade sociais dependem hoje, em grande parte da eficiência e da moralidade da administração pública. As ações e omissões nesta área, atingem de maneira direta os interesses de cada um dos membros da sociedade.

2.4.2 Administração pública municipal

Herança dos romanos trazida pelos colonizadores portugueses nos primeiros anos do século XVI, juntamente com outras instituições jurídicas e sociais, o modelo de administração municipal constitui uma das mais simples e antigas organizações político-administrativas mantendo estreito contato com os cidadãos.

A própria História do Brasil se tem início a partir da fundação de pequenas vilas, sendo que estas vilas é que deram origem a alguns dos municípios atuais.

Ghisi (1991, p. 09) assinala que,

Os municípios brasileiros não são obras do acaso, constituem ao longo de nossos registros, o resultado de acontecimentos sociais, culturais e políticos. A instituição municipal contribuiu de modo significativo no processo da formação histórica do povo brasileiro.

As vilas, segundo Bandecchi (1983, p. 10) “foram as primeiras instituições regulares da nossa evolução político-social, primeiros passos da Nação, células das Capitanias e do futuro do Estado”

No período colonial no Brasil, a propriedade rural formava a base dos municípios, havendo poucos centros urbanos, que geralmente serviam de sede para os governos locais. Sem renda, devido à ausência de poder de imposição, delegado apenas à coroa, o município colonial brasileiro permaneceu como comunidade pouco desenvolvida e ineficiente enquanto unidade de governo.

Nos tempos do império, estabeleceu-se a eleição da câmara legislativa, o vereador mais votado se tornava o agente executivo, cujos atos eram sujeitos à aprovação dos presidentes provinciais nomeados pelo poder central. Este período foi marcado pela centralização extrema nas mãos dos governos provinciais e por total incapacidade financeira.

Com a República instituiu-se no país o regime federativo e a organização de governo foi se estruturando do mais concreto para o mais abstrato.

Quaglia (1976, p. 33) destaca que

No sistema federativo, mais do que em qualquer outro, a existência do município é um pressuposto obrigatório e o problema de sua autonomia se liga ao problema técnico da descentralização, equacionado, por conseguinte, nas normas constitucionais.

Durante a república velha, o município era tido como um instrumento de coronelismo para manutenção do poder estadual, não tinham diretrizes definidas tornando as intervenções dos estados nos municípios comuns.

Na era Getúlio Vargas as câmaras legislativas foram dissolvidas. Os estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo chefe do governo provisório e os municípios por prefeitos nomeados pelos interventores.

A partir da Constituição de 1934, o país voltou à normalidade constitucional e os municípios adquiriram nível de importância igual ao dos Estados e da União.

Entretanto, os municípios só passaram a ser mencionados legalmente como integrantes da federação com a Constituição de 1988. Ela nos seus artigos 1º e 18º, define o município como um ente federativo e autônomo. (CRUZ, 2005, p. 36).

Mais a frente no artigo 30 a Carta Magna apresenta como competências municipais:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Segundo Zorzal (2003, p. 41),

Atualmente, o modelo brasileiro de estrutura administrativa é pautado nas funções dos três poderes, que definem o prefeito como chefe do executivo, e a câmara de vereadores atribuindo-lhe suas devidas funções. Cabe a eles governar sobre o território urbano ou rural delimitado pelo município que *pode ainda ser dividido em distritos e subdividido em bairros, que é normalmente vista como a menor unidade de ação do governo, sem, no entanto, a conotação emancipada.*

A administração pública municipal é influenciada por diversas forças que interagem e interferem na sua gestão. Desta forma, o comportamento cíclico da administração municipal e suas políticas; a atuação da União, dos Estados e de outros Municípios; a Câmara de Vereadores; o Ministério Público, os fornecedores; as empresas e indústrias; a imprensa, o terceiro setor e a comunidade desempenham um papel relevante junto à administração municipal. A Figura 01 apresenta a rede de relações da administração municipal esquematizada por Nascimento (2000, p. 69).



Figura 01: Rede de Relações da Administração Pública Municipal
Fonte: Nascimento, 2000.

Nesta rede é possível relacionar as influências que os elementos da rede exercem sobre a gestão municipal (Quadro 02).

| FATOR | INFLUÊNCIA |
|--|---|
| Comportamento cíclico das políticas públicas | - Planejamento |
| União, Estado e outros municípios | - Planejamento; - Serviços públicos; - Infraestrutura e integração; - Legislação. |
| Câmara de vereadores | - Legislação; - Fiscalização; - Serviços públicos. |
| Ministério público | - Legislação; - Fiscalização. |
| Fornecedores (insumos e serviços) | - Planejamento; - Serviços públicos; - Legislação. |
| Empresas e Indústrias | - Planejamento; - Legislação; - Infraestrutura. |
| Imprensa | - Integração; - Fiscalização; - Comunicação. |
| Organizações do terceiro setor e comunidade | - Planejamento; - Organização; - Serviços públicos; - Infraestrutura; - Fiscalização. |

Quadro 0 2: Resumo dos fatores e influências da Gestão Municipal.
Fonte: Nascimento, 2000.

2.4.3 Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável

Para Cavalcanti (1997, p. 30), "Política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações públicas motivada pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos". Para este autor desenvolvimento sustentável é a qualificação ou restrição do crescimento econômico, reconciliando progresso material com a preservação da base natural da sociedade, garantindo, desta forma, o nível do produto social, a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida.

De acordo com Proops et al (1997, p. 106), "a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida, mas um processo contínuo. No entanto, um pré-requisito para a formulação de uma política relativa à sustentabilidade é uma visão do estado do mundo em direção ao qual desejamos avançar".

Desta forma, a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável requer o uso da imaginação para se definir um estado do mundo no futuro, que possamos ter como meta.

Proops et al (1997) lembra da necessidade de que as políticas derivem da participação da sociedade, pois, segundo ele não se atinge o objetivo da sustentabilidade sem consenso.

Segundo o autor, o cabe a política voltada à sustentabilidade:

- a) Assegurar a adequada estruturação do estoque de capital;
- b) Promover a renovação da natureza;
- c) Adequar os padrões de consumo, mediante a educação e a mudança institucional.

Cavalcanti (1997, p. 30), resumindo os aspectos da política pública voltada para a sustentabilidade afirma que “uma política comprometida com a sustentabilidade tem que desencorajar aquilo que cause ameaças à saúde de longo prazo do ecossistema e à base biofísica da economia”.

Segundo ele a busca pelo desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável deve engajar todos os setores da sociedade, levando em conta pelo menos três parâmetros: educação, gestão participativa e diálogo entre as parte envolvidas.

Pinho; Santana (2002), abordam algumas categorias de inovação no setor público que podem servir de exemplos de políticas para a sustentabilidade:

- a) Gestão democrática que seria uma gestão participativa, comunitária, sem paternalismo, com combate ao clientelismo, entendendo que a participação pode se dar em várias esferas: na concepção, no planejamento, nas decisões e na operacionalização;
- b) Descentralização e desburocratização dos serviços públicos, considerados como um movimento no sentido de uma maior democratização em que a tônica das ações baseia-se em levar os serviços aos usuários rompendo com as formas centralizadas tradicionais de gestão pública, visando facilitar a vida dos cidadãos;
- c) Incorporação dos excluídos e minorias, categoria esta que resulta da percepção por parte dos governos da existência de uma situação de exclusão social que precede a condição de cidadania, situando-se no plano humanitário, como a questão da fome e da desnutrição;

- d) Manutenção de valores tradicionais como o zelo pelo patrimônio público, senso comunitário, participação da família no atendimento à saúde etc;
- e) Despertar para questões como consciência ecológica expressa na preservação dos recursos naturais, redução do consumo de água, controle biológico de pragas, recuperação de matas, coleta seletiva, reciclagem de papel, atenção à terceira idade, prevenção ao uso de drogas, despertar o hábito da leitura em populações de baixa renda, programas de saúde voltados à saúde e não à doença, conscientização de problemas de trânsito etc.

Finalmente, Nascimento (2000) afirma que é através das políticas e do planejamento como a Agenda 21 Local e gestão ambiental que o estado passa a adotar práticas e ações que favorecem a proteção ambiental. Segundo ele as ações e procedimentos sustentáveis oportunas para a prática da gestão pública sustentável são entre outras:

- a) Cumprimento e fiscalização das normas ambientais vigentes e elaboração do plano diretor;
- b) Desenvolvimento e implantação da Agenda 21 Local;
- c) Uso e incentivo à utilização de tecnologias limpas.

3 METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos de uma pesquisa descrever e analisar os fenômenos reveste-se de grande importância. Para tal finalidade existem métodos e técnicas que são a base para a validação ou não das hipóteses levantadas. Instrumentalizar e efetivar a pesquisa de forma coordenada, sistematizada e delimitada dá ao trabalho científico a fundamentação necessária para esta tarefa.

Neste capítulo serão apresentados a caracterização da pesquisa, a técnica de coleta de dados utilizada e os procedimentos utilizados em sua análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo, considerando os fins aos quais se propõe, é de caráter exploratório e descritivo. É exploratório porque se caracteriza por buscar levantar e sistematizar dados referentes ao processo que se pretende implantar. Descritivo porque visa descrever a situação atual do município Canoinhas no que diz respeito a seus problemas de sustentabilidade.

Segundo(GIL, 1989) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema e aprimoramento de idéias. Essas pesquisas envolvem, na maioria dos casos, levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulam a compreensão.

Em relação ao cunho descritivo de um estudo Cervo e Bervian(1996, p.46) afirmam, que uma pesquisa de natureza descritiva, “procura observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos sem a sua manipulação”.

Neste mesmo sentido, conforme vergara (1997), a pesquisa descritiva, expõe características de determinado fenômeno e pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir a sua natureza, não tendo compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação.

A estrutura utilizada no decorrer deste trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, visto que, os critérios numéricos não servem de base para garantir a representatividade da pesquisa.

Na abordagem qualitativa não há medidas, as possíveis inferências não são estatísticas e procura-se fazer análises em profundidade, obtendo-se as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (Campomar, 1991).

Quanto aos meios, sob o olhar de Vergara (1997), a pesquisa pode ser classificada como sendo um estudo de caso, uma vez que centra sua lente sobre a análise da situação atual e a propositura de medidas para o alcance do desenvolvimento sustentável no município de Canoíñas.

Essa técnica seleciona um objeto de pesquisa restrito, visando aprofundar os aspectos característicos, cujo foco pode ser qualquer fenômeno individual, ou um de seus aspectos. O estudo de caso apresenta como características fundamentais: a busca pela descoberta, pois enfatiza a interpretação contextual e retrata a realidade de forma completa e profunda. Varia nas fontes de informações

e representa os diferentes, e às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social (MINAYO, 2000).

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados para o presente trabalho foi planejada em função dos objetivos geral e específicos da pesquisa, sendo, dessa forma realizadas junto a fontes secundárias e fontes primárias. No primeiro caso, na coleta de dados secundários, os quais se constituem de dados já existentes, registrados e trabalhados, estes dados foram coletados através de consulta as bibliografias existentes sobre o tema da pesquisa, bem como, documentos oficiais, artigos e fontes digitais.

A coleta de dados em fontes primárias, por sua vez foi realizada através de entrevistas pessoais do tipo não estruturada e não disfarçada.

Segundo Cervo; Bervian (1983, p. 157) a entrevista “é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Neste sentido, foram ouvidas pessoas que vinculadas a Prefeitura Municipal ou a comunidade possuíssem conhecimento sobre os aspectos a serem analisados no estudo.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados foi feita, de forma geral, através leitura dos dados levantados no município utilizando-se a lente fornecida pela base teórica relacionada ao desenvolvimento sustentável

Com relação às análises qualitativas das entrevistas foi possível, apesar dos entrevistados apresentarem em relação a diversos temas pontos de vistas as vezes divergentes se chegar a um entendimento da realidade. O fato de o pesquisador não fazer parte da realidade observada, observando-a de fora contribuiu muito para isso.

Bruyne (1977, p. 224), diz que “o pesquisador deve adotar uma orientação subjetiva com respeito aos fenômenos e deles aproximar-se o máximo possível a fim de compreender os atores e seus comportamentos”.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Por se tratar de um estudo de caso, sua principal limitação está na dificuldade de se chegar à totalidade (Bruyne,1977).

Além disso, por ser um estudo de caso de uma cidade, que traz consigo múltiplas facetas e ângulos de análise, a convergência dos objetivos é dificultada. A complexidade ligada à dificuldade de contato com os gestores públicos municipais, também configurou-se em um limitador uma vez que houve limitações quanto a participação dos mesmos no processo de pesquisa.

Da mesma forma, questões relativas ao tema e o pouco conhecimento sobre o assunto por parte dos atores locais também foram fatores que dificultaram o processo.

Nesta pesquisa, apesar de entender a Agenda 21 Local como uma ferramenta para a elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável e cuja implantação no município reveste-se de extrema importância, foi dado um enfoque maior a questão da sustentabilidade municipal entendendo-se que este é o norte a ser seguido pela administração. Desta forma, não foi aprofundada neste trabalho uma análise da viabilidade das ações propostas, da absorção dos custos resultantes ou da efetiva implantação de uma Agenda 21 para o município. *Buscou-se simplesmente retratar a realidade e apresentar propostas deixando claro que a implantação da Agenda 21 Local é um passo importante rumo ao desenvolvimento sustentável cuja utilidade já foi comprovada em municípios como Florianópolis em Santa Catarina e Vitória no Espírito Santo.*

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O objetivo deste tópico é o de realizar a análise dos dados que foram coletados junto ao município de Canoinhas, com este propósito, inicialmente, será feita a caracterização do mesmo. O passo seguinte corresponde a identificação e análise de sua sustentabilidade. Para tal tarefa serão utilizados os conceitos de Sachs (1986) em relação às cinco dimensões do desenvolvimento sustentável (Sustentabilidade social, Sustentabilidade econômica, Sustentabilidade ecológica, Sustentabilidade espacial e Sustentabilidade cultura) para delimitar principais ameaças ao desenvolvimento sustentável presentes no município. Após estas duas primeiras etapas são apresentadas propostas de políticas sustentáveis que podem a partir da implantação da Agenda 21 local vir a viabilizar a melhora dos indicadores referentes às cinco dimensões supra citadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Para analisar algum tema é necessário contextualizar a realidade que está sendo tratada. Desta forma, a caracterização do o objeto em estudo é fundamental.

Neste sentido, o presente tópico tem por objetivo apresentar informações gerais sobre o município de Canoinhas em relação a sua história, características geo-climáticas , localização e inserção no contexto regional.

4.1.1 História

Muito antes do início de sua colonização incursões bandeirantes já vasculharam a região conhecida como do "Sertão de Curitiba", hoje Canoínhas. A partir de 1768 expedições desceram os rios Iguaçu e Negro, palmilhando também os afluentes Canoínhas, Paciência e Timbó. Neles os colonizadores encontraram os índios que o habitavam. Eram os Xokleng, até pouco tempo denominados Botocudo.

Quando os primeiros homens brancos vagaram pelo sertão, encontraram o rio Canoínhas com o nome indígena de Itapeba, o que quer dizer pedra rasa ou cachoeira baixa. Mais tarde outros exploradores batizaram o mesmo rio com o nome hispano-indígena de Canoges Mirim, que literalmente significa canoas pequenas.

Essa referência é uma contrapartida ao rio Canoges, situado bem mais abaixo, nos campos de Lages e conhecida como Canoas. Do Canoges Mirim é que provém o nome Canoínhas, denominação que prevaleceu e que depois originou o povoado de mesmo nome.

Essa é a versão mais provável a respeito da origem do nome Canoínhas, uma vez que bem antes da colonização branca invadir o território Xokleng, o rio já era conhecido dessa forma.

Em 1888, quando alguns tropeiros gaúchos e paulistas já habitavam o interior de Canoínhas, vindo de São Bento do Sul, o agricultor Francisco de Paula Pereira instalou-se na cabeceira do rio Canoínhas, perto da foz do rio Água Verde.

Ele é considerado o fundador do povoado de Canoinhas, que logo em seguida passou a ser conhecido como Santa Cruz de Canoinhas.

Foi na condição de Santa Cruz de Canoinhas que em 1902 o lugar foi elevado a distrito judiciário de Curitibanos, embora se encontrasse em área contestada pelo Paraná e Santa Catarina, que disputava a posse do território. A erva-mate e depois a madeira eram a base da nascente economia local.

Os interesses pelo domínio do território levaram o governo catarinense em 12 de Setembro de 1911, através da lei 907, à criação do município de Santa Cruz de Canoinhas.

Entre 1912 e 1916, gerada por fatores sociais, políticos, econômicos e religiosos, eclodiu na região a Guerra do Contestado. O município de Canoinhas envolvido no conflito foi palco de vários combates, principalmente em 1914 e 1915, quando várias vezes a vila e povoados do interior foram atacados pelos revoltosos.

Depois desse período Canoinhas alcançou uma fase de grande desenvolvimento, quanto teve sua economia reativada pelo extrativismo vegetal da erva-mate e da madeira. Esse ciclo durou até meados de 1940, quando entrou em franca decadência.

Antes, ainda em 1923, em pleno período áureo de sua economia, o nome de Santa Cruz de Canoinhas foi alterado para Ouro Verde, numa referência à principal riqueza do município. Porém, divergências políticas e religiosas locais determinaram que em 1930 esse nome fosse substituído e o município passou à denominação de Canoinhas, como era conhecido anteriormente.

Desde seu início Canoinhas teve íntima ligação com o Paraná, sendo que dele se originou grande parte da colonização do município, desde as primeiras incursões ao território desconhecido. Nessa época é que afluíram caboclos paulistas, descendentes de portugueses e espanhóis. Foi apenas ao final do século XIX e no início do século XX que vieram imigrantes europeus, sobretudo poloneses, ucranianos e alemães, geralmente migrados do Paraná. Os primeiros anos do século XX também foram marcados pela chegada de sírio-libaneses e *bem mais tarde, alguns italianos. Essas correntes migratórias é que colonizaram Canoinhas, dando-lhe feições de multiplicidade étnica.*

4.1.2 Localização, características geo-climáticas e inserção Regional

O município de Canoinhas encontra-se localizado no Planalto Norte de Santa Catarina, estado brasileiro composto por 293 municípios e que, segundo estimativa do IBGE, possuía em 2005 uma população total estimada em mais de 5 milhões e 800 mil habitantes.

A região do Planalto Norte Catarinense, uma das oito regiões que compõe Santa Catarina, é composta pelos municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Canoinhas, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União.

Em relação a seus aspectos geográficos o município de Canoinhas possui área de 1.143 Km² estando situado no vale do Canoinhas a uma latitude de 26°10'38 S, longitude 50°23'24"W de Greenwich e altitude de 765 metros. Ele faz divisa com Santa Cecília e Timbó Grande (a sul, por meio do Rio Tamanduá),

Major Vieira (a sudeste, por meio do Rio Palmital), Três Barras (a leste, por meio do Rio Canoinhas), Irineópolis (a oeste, por meio do Rio Preto) e com o estado do Paraná (a norte e noroeste, por meio dos Rios Negro e Iguaçu)

Em termos de acessibilidade, a malha viária regional que permite o acesso à Canoinhas é composta por uma rodovia Federal, a BR 280 e três Estaduais, SC 280, SC 303 e SC 477, além de outros acessos secundários, que pavimentados ou não permitem a comunicação e com os outros municípios da região.

O relevo do município, a grosso modo, é marcado por um planalto de superfícies variando entre áreas bastante planas, com paisagens onduladas e áreas de montanhas, compondo o Planalto de Canoinhas e a Serra das Mortes, respectivamente.

A paisagem geomorfológica da região se insere no denominado Patamar de Mafra, uma região com poucos acidentes geográficos, que se localiza na porção norte do estado de Santa Catarina prolongando-se no estado do Paraná.

O clima de canoinhas, por sua vez, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Cfb (mesotérmico úmido) sem estação seca definida, com verões amenos, onde a temperatura média anual de 17,1°C, e invernos onde quedas acentuadas de temperatura comumente trazem consigo a ocorrência de geadas.

Quanto ao regime de chuvas a pluviometria anual total varia entre 1500 e 1700 mm.

Em relação aos ventos, Canoínhas se caracteriza por receber a influência das correntes SE a NE e SW para NE que somadas às locais caracterizam a circulação dos ventos no município.

Segundo o último censo do IBGE, vive no município atualmente, uma população de 51.615 habitantes com predominância para os grupos de origem polonesa, ucraniana, alemã, cabocla, italiana, portuguesa entre outras.

Atualmente Canoínhas que possui uma agricultura familiar forte produzindo entre outros produtos agropecuários feijão, trigo, milho, batata, fumo e carnes também se destaca no setor industrial produzindo papel, celulose, frios e embutidos, bem como no setor de serviços com destaque para a Universidade do Contestado através dos vários cursos superiores por ela oferecidos.

Devido à sua importância como pólo regional, Canoínhas é sede de duas organizações cujo objetivo é o desenvolvimento sócio-econômico da região, a Associação dos Municípios da Região do Contestado- AMURC, que abrange sete municípios, e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR-Canoínhas, que abrange este município mais cinco de seu entorno ambas destacadas na figura 02.



Figura 02: Localização Regional

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

A SDR é fruto da descentralização do governo do Estado que ocorreu em 2003 com a criação de 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A SDR de Canoinhas abrange os seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras.

4.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO

Após a caracterização do município objeto da pesquisa o passo seguinte é analisá-lo quanto a sua sustentabilidade. Cabe salientar, que para esta tarefa torna-se fundamental conhecer a realidade municipal no que se refere às cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, ou seja, sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial/geográfica, e sustentabilidade cultural. Para tanto foram utilizadas informações colhidas junto às diversas Secretarias Municipais, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Canoinhas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Contas, entre outros.

Conhecida a situação do município em cada dimensão passa-se então a tarefa de identificar quais são os principais problemas de ordem sustentável nelas observados.

4.2.1 Sustentabilidade Social

A Sustentabilidade Social, uma das cinco dimensões necessárias ao desenvolvimento sustentável trata de assuntos como a criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de uma renda individual adequada à melhor condição de vida e maior qualificação profissional e produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.

Buscando conhecer a realidade do município em relação a essa dimensão foram analisados: emprego, educação, saúde, habitação e segurança pública.

4.2.1.1 Emprego e Renda

A microrregião geográfica de Canoinhas participa, segundo dados colhidos junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico, com 2,4% do emprego formal do estado de Santa Catarina.

As atividades do setor industrial de madeira e mobiliário e de alimentos e bebidas são as mais representativas no total do emprego. Madeira e mobiliário detinham 25,4% do total do emprego formal no município e gerando 592 novos postos de trabalho entre 1996 e 2004. Alimentos e bebidas é a segunda atividade industrial mais significativa na geração de empregos com 21,5%.

O comércio varejista também mostra-se representativo, tendo se expandido e respondendo no ano de 2004 por 21,5% do total do emprego formal no município.

As demais atividades como serviços, administração pública, ensino entre outras respondem por 31,6 % do mercado de trabalho.

Segundo o Secretário Municipal de Desenvolvimento econômico o município de Canoinhas viveu em 2006 uma fase de estabilização do nível de emprego. Após um logo período de crescimento do percentual de desempregados este se estabilizou, porém a situação ainda esta longe da ideal. Segundo ele o município precisa gerar novos postos de trabalho para poder absorver a população de jovens que todo ano ingressa no mercado de trabalho e tentar diminuir a informalidade bastante presente no município.

4.2.1.2 Educação

O município de Canoinhas atualmente atende toda a demanda na área da educação, considerando todos os níveis, não havendo assim, segundo a Secretaria Municipal de Educação, demanda reprimida. Para tanto, o município conta com 13 Centros de Educação Infantil, 29 Escolas Básicas Municipais (sendo 6 escolas nucleadas localizadas na área rural) e 11 Escolas Estaduais.

Na educação infantil, foram matriculados em 2006, 1.696 alunos e na educação fundamental 4.885 alunos, totalizando 6.851 alunos matriculados neste ano.

Na área urbana o município possui 23 escolas que atendem 4.307 alunos. Dessas 23 escolas, 13 são Centros de Educação Infantil - CEI - distribuídos nos seguintes bairros: Piedade, Campo D' Água Verde (04 unidades), Industrial I (03 unidades), Alto da Tijuca, Cohab II, Loteamento Santa Cruz e mais uma unidade na Rua Agenor Fábio Gomes.

Na área rural o município possui 06 escolas nucleadas que atendem 2.274 alunos segundo a Secretaria de Educação, além de Escolas e Grupos Escolares.

No que diz respeito ao seu quadro funcional (Professores e Administrativo), a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas atualmente conta com 493 funcionários na área urbana e 185 funcionários na área rural, totalizando 678 que executam as tarefas e atribuições dessa secretaria.

No Ensino Médio, que é de responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina, o município de Canoinhas conta com 11 escolas (sendo que elas

também trabalham com educação fundamental) todas elas situadas na área urbana.

Em relação ao Ensino Superior, Canoinhas vem se tornando um pólo de referência regional e diversas áreas do conhecimento. Isto se deve graças ao crescimento e aperfeiçoamento da UNC – Universidade do Contestado, situada no centro da cidade e no Distrito de Marcílio Dias, cujos campus oferecem atualmente mais de 27 cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências Exatas, atendendo no momento 2.688 alunos. A UNC também oferece 14 cursos de pós-graduação em diferentes áreas.

4.2.1.3 Saúde

Na área da saúde, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde o município de Canoinhas conta hoje,:

- a) 03 Unidades de Saúde na Área Urbana: Cohab I, II e III;
- b) 14 Unidades Básicas de Saúde na Área Rural: Arroios, Fartura, Anta Gorda, Barra Mansa, Rio D'Areia, Parado, Paciência dos Neves, Valinhos e Bonetes, Campo d' Água Verde, Marcílio Dias, Pinheiros, Felipe Schmidt e Paula Pereira;
- c) Pronto-socorro, localizado junto ao Hospital Santa Cruz de Canoinhas com atendimento 24 horas;
- d) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU que atende precocemente as pessoas acometidas por agravos de urgência e emergência, de natureza clínica, cirúrgicas, traumáticas e/ou psiquiátrica;

e) Policlínica com atendimento multiprofissional e de especialidades no Centro de Canoinhas;

f) Farmácia (Assistência Farmacêutica). Localizada no Centro de Canoinhas, realiza atendimentos como a seleção, programação e aquisição de medicamentos; armazenamento, distribuição e controle de estoque; distribuição nas Unidades Básicas de Saúde e distribuição para usuários;

g) Clínica especializada em serviços de ginecologia, obstetrícia, neonatologia, pediatria, vigilância epidemiológica, imunização e programas de DST/AIDS e hanseníase e tuberculose;

h) Programas de Saúde da Família e Agentes Comunitários;

i) Centro de Atendimento Psicossocial(CAPS): alguns serviços realizados pelo CAPS são as consultas médicas, consultas psicológicas, atendimento de enfermagem, visitas domiciliares, grupos de terapia ocupacional e grupos de auto-ajuda;

j) Centro de Especialidades Odontológicas;

l) Hospital Geral – Hospital Santa Cruz de Canoinhas, com 130 leitos, sendo 98 destinados ao SUS.

A Secretaria Municipal de Saúde possui atualmente com 119 funcionários efetivos, 37 funcionários contratados e 23 bolsistas.

Em relação às doenças que mais afligem os habitantes e quais as que são as mais freqüentes na taxa de mortalidade do município podem ser identificados cinco grandes grupos: doenças do aparelho circulatório, neoplasias(o câncer de estômago, esôfago e próstata), doenças do aparelho respiratório, causas

externas(acidentes de trânsito, homicídio e outras mortes não naturais) e mal definidas.

Quanto a mortalidade infantil, as principais causas são, as afecções originadas no período pré-natal, com 39% dos óbitos infantis, seguidas das más formações congênitas 15%, doenças, parasitárias com 15%, causas mal definidas com 15%, seguidas dos óbitos por doença do aparelho respiratório com 8% e deformidades/anomalias cromossômicas com 8%.

4.2.1.4 Habitação

Em relação a questão habitacional segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família e a Secretaria de Planejamento o município de Canoínhas apresenta atualmente um demanda habitacional de 2.500 unidades. Essas mesmas Secretarias indicam que há falta de uma equipe técnica voltada (advogado, engenheiro civil, agrimensor e arquiteto) à efetiva atuação na área da promoção habitacional, uma vez que em ambas as Secretarias os técnicos também respondem por outras atribuições.

Como ações de iniciativa municipal na área de habitação atualmente em andamento podem-se observar na figura 03 os seguintes empreendimentos: a *implantação de um empreendimento com 63 casas no Campo do Água Verde*, com recursos provenientes do Programa de Subsídio à Habitação - PSH de Interesse Social, coordenado pela Caixa Econômica Federal, e a previsão de outro loteamento no Campo do Água Verde, em área já adquirida pelo Prefeitura Municipal.

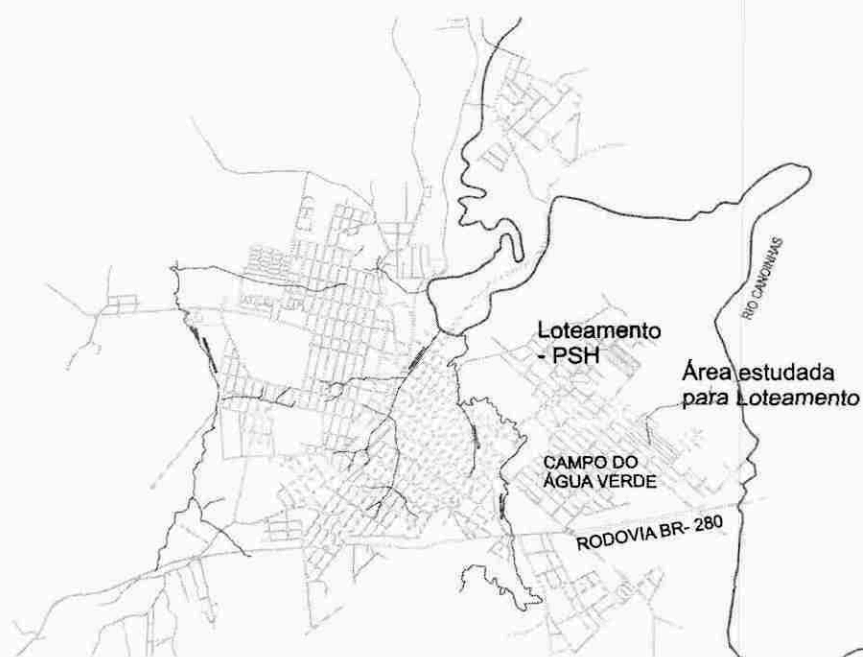


Figura 03: Ações de Promoção Habitacional Municipal
 Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família.

4.2.1.5 Segurança Pública

A segurança pública é atribuição do Estado de Santa Catarina que mantém no município de Canoinhas o 3º Batalhão da Polícia Militar – PM. A área de atuação desse batalhão abrange além de Canoinhas mais 16 municípios onde atuam 552 policiais.

Além do 3º Batalhão, a Polícia Militar na região conta ainda com um pelotão de Polícia de Proteção Ambiental, com um efetivo de 22 policiais e um quartel do corpo de Bombeiros.

A partir dos dados fornecidos pela PM, relativos ao período de janeiro a junho de 2006, apresentados na Tabela 01 foram selecionadas algumas ocorrências em 3 bairros da cidade:

Tabela 01: Número de ocorrências por bairro de janeiro a junho de 2006.

| OCORRÊNCIAS | Centro | C. Água Verde | Piedade |
|----------------------------------|---------------|----------------------|----------------|
| Arrombamento ou furto de veículo | 12 | 7 | 0 |
| Disparo de arma de fogo | 3 | 11 | 3 |
| Estelionato | 9 | 0 | 0 |
| Furtos em geral | 89 | 53 | 9 |
| Roubos em geral | 28 | 2 | 9 |
| Homicídio | 0 | 1 | 0 |
| Lesões corporais | 9 | 6 | 1 |
| Posse de tóxico ou entorpecentes | 1 | 0 | 0 |
| Óbito no local | 2 | 1 | 0 |

Fonte: POLICIA MILITAR – CANOINHAS, 2006

De acordo como os números mostrados na tabela acima a região do Centro, seguida pelo Campo do Água do Verde é a porção da Sede onde mais ocorre roubos e furtos. Já nas ocorrências registradas de disparos de arma de fogo o bairro Campo do Água Verde é a região principal, mesmo que com um número de eventos reduzido. Destaca-se também o número reduzido de homicídios na área urbana.

Atualmente os presos de Canoinhas ficam na delegacia da cidade, porém, já existe um projeto para a implantação de um presídio no município.

Após a análise dos tópicos referentes a Sustentabilidade Social foi possível identificar os seguintes problemas:

- a) Elevado índice de desemprego e subemprego;

- b) Forte concentração de renda;
- h) falta de creches em alguns bairros e comunidades do interior;
- d) Ausência de incentivo e orientação para a criação de cooperativas especializadas na produção na produção manufatureira e de serviços;
- e) Inexistência de programas de apoio vocacional nos estabelecimentos de ensino;
- f) Atendimento de saúde e Odontológico deficiente em algumas comunidades do interior;
- e) Inexistência de campanhas de combate ao alcoolismo;
- b) Inexistência de uma política habitacional consistente.

4.2.2 Sustentabilidade Econômica

A *Sustentabilidade Econômica*, outra das dimensões necessárias ao desenvolvimento sustentável trata de assuntos como o fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo), o manejo eficiente dos recursos, a absorção pela empresa dos custos ambientais e a endogeneização: contar com suas próprias forças

Na busca por entender a realidade do município em relação a essa dimensão foram analisados: PIB, setor empresarial e setor público.

4.2.2.1 PIB

O município de Canoinhas, que desmembrado de Curitiba em 1911 apresentou rápido crescimento em sua origem devido à expansão da produção de erva-mate nativa contava em 2003, conforme tabela 02, com um Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de R\$ 445,4 milhões (R\$ 445.422.723,00), gerando um PIB per capita de R\$ 8.526,31 (PIB por pessoa), para uma população de 52.241 habitantes.

Tabela 02: Produto Interno Bruto (PIB), População e PIB per capita de Canoinhas – 1999 / 2003.

| Ano | PIB | População | PIB per capita |
|------------|----------------|------------------|-----------------------|
| 1999 | 242.423.603,00 | 48.653 | 4.982,71 |
| 2000 | 298.228.987,00 | 48.454 | 6.154,89 |
| 2001 | 320.284.294,00 | 51.857 | 6.176,30 |
| 2002 | 369.024.144,00 | 52.048 | 7.090,07 |
| 2003 | 445.442.723,00 | 52.241 | 8.526,31 |

Fonte: IBGE, 2005

A taxa média de crescimento econômico e o aumento no PIB per capita para o período de 1999 a 2003 demonstram um razoável ritmo de crescimento econômico do município.

Na tabela 03, é possível observar a composição setorial do município, ou seja, a evolução (2000-2003) da riqueza gerada no município por setor de atividade econômica (primário, secundário e terciário.)

Tabela 03: Composição Setorial do PIB DE Canoinhas 2000 / 2003

| Ano | Setor Primário | Setor Secundário | Setor Terciário |
|------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
| 2000 | 18,6 % | 38,7 % | 53,0 % |
| 2001 | 18,0 % | 40,1 % | 52,7 % |
| 2002 | 20,3 % | 38,7 % | 52,1 % |
| 2003 | 23,8 % | 39,8 % | 46,7 % |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico a maior parcela da riqueza gerada no município no ano de 2000 veio do setor terciário (53,0%), seguida do secundário (38,7%), e do primário (18,6%). Entretanto, a dinâmica da economia para a maioria da população do município está muito relacionada com as atividades agropecuárias e dos serviços associados, ainda que os setores secundário e terciário sejam importantes alavancadores da receita orçamentária local.

Entre os anos de 2002 e 2003 a taxa de crescimento econômico do município ficou acima da média estadual. O PIB de Canoinhas cresceu 5,7% enquanto o do estado de Santa Catarina teve um crescimento de 4,3%.

4.2.2.2 Setor Privado

Em 2004 segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico o município possuía 1.059 empresas formais, com destaque para o setor terciário com 68,6% do total, somando 726 estabelecimentos, seguido do setor industrial com 221 empresas e 20,9% do total e do setor primário com 112 empresas e 10,6% do total de empresas no município. Destaque-se aí, que a grande maioria das empresas formais da indústria, comércio, serviços e agropecuária no município são de pequeno porte, com até quatro empregos.

O gráfico 01 apresenta a composição setorial das empresas formais de Canoinhas

**COMPOSIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS
FORMAIS EM CANOINHAS - 2004**

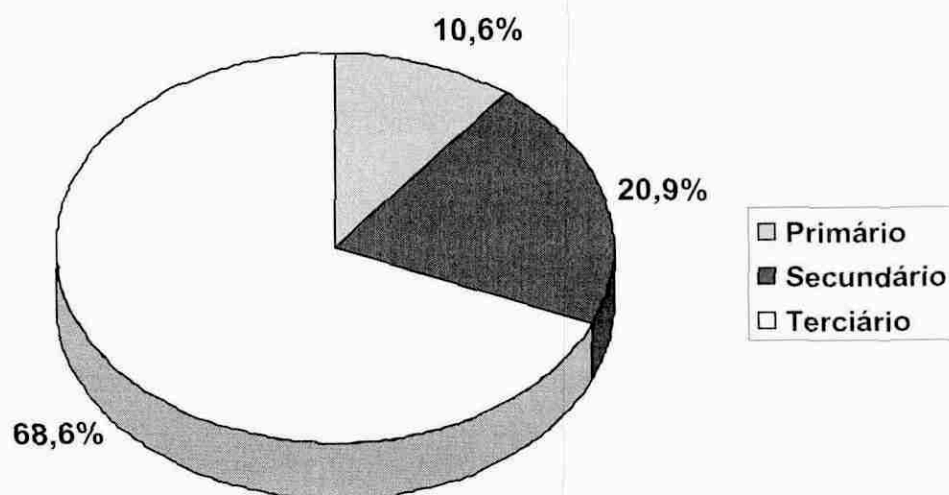


Gráfico 01: Composição setorial das empresas formais de Canoinhas
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

As principais indústrias instaladas no município são: Cia. Canoinhas (papel); Compensados e Laminados Lavrasul S/A (madeira); Tecnowood, Pisos Maciços (madeira); Empresa Fuck (madeira); Fricasa Alimentos S.A. (frigorífico); Cisframa Comércio e Indústria de Madeiras São Francisco Ltda. (madeira); Palmar Plásticos Ltda. (plásticos); Universal Leaf Tabacos Ltda. (fumo); Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. (concreto); Procopiak Compensados e Embalagens S/A. Na atividade eravateira as principais indústrias são: Ervateira Seleme, Seleme e Cia. Ltda.; Ervateira Benedito Leomar Linzmeier; Ind. e Com. de Erva Mate Linzmeier Ltda.; Baldo S/A Comércio Industria e Exportação; Ind. Canoinhense de Chá-mate Ltda.; Ind. Ervateira Bonetes Ltda; Empresa Ind. Com. Fuck S/A; Mario Francisco Dranka; Soc. Ind. Com. e Exp.

Extra-mate Ltda; Ind. Ervateira Ewaldo Zipperer Ltda; Delby Machado (Ind. Com. e Exportação de Erva-mate); Cooperativa de Produtos de Mate Canoinhas.

As atividades agropecuárias representam parcela significativa na economia municipal. Culturas como o fumo, soja, milho e feijão geram aproximadamente 92,0% da economia primária do município. O arroz, a batata-inglesa, a aveia, o trigo também são culturas presentes no município.

A horticultura vem ganhando espaço agrícola. O cultivo do tomate, pimentão, pepino e a cultura do repolho são os exemplos da diversidade como proposta voltada à ampliação da renda agrícola.

Segundo dados colhidos junto a Secretaria municipal de Agricultura o município de Canoinhas tem 2.683 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 235.094,6 ha, com a predominância para estabelecimentos de lavoura temporária com 139.839,1 ha.

Aproximadamente 50,0% das propriedades rurais são caracterizadas como minifúndios, detentores de 1 a 20 hectares, seguida de agricultores com propriedades de até 100 hectares - médios proprietários (aproximadamente 40,0%), sendo o restante das propriedades com mais de 100 hectares.

A pecuária de Canoinhas baseava-se apenas na criação de bovinos e suínos destinados ao abate. Com a introdução do gado leiteiro, uma nova dinâmica alterou o perfil produtivo local, que passou a produzir 8,2 milhões de litros de leite de vaca e 1,5 milhões de leite de cabra anualmente.

As atividades de turismo também estão se tornando uma alternativa para o aumento nos níveis de ocupação e de renda da população do município, principalmente no meio rural. Com isso, o turismo rural vem se tornando uma

alternativa para o desenvolvimento local, no que se refere ao aproveitamento das especificidades de cada região, bem como de suas potencialidades.

Além das questões de trabalho e renda, o turismo rural também possibilita a valorização do espaço, pois tende a proteger o meio ambiente e conservar o patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural.

De todas as atividades que englobam o turismo rural, a que mais cresceu em Canoinhas foi ecoturismo. O ecoturismo é uma atividade muito procurada pela população dos grandes centros urbanos na busca de um ambiente mais agradável, gastronomia típica, áreas verdes entre outros. Ele procura fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural.

4.2.2.3 Setor Público

A repartição de competências da Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Canoinhas é levada a efeito pela Lei Municipal nº 3.286/2001, acrescidas as alterações feitas pelas Leis Municipais nº 3.321/2001 e nº 3.855/2005.

De acordo com esses textos normativos, as competências do Executivo Municipal são divididas entre os seguintes órgãos internos:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- c) Secretaria Municipal de Planejamento e orçamento;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Secretaria Municipal de Educação;

- f) Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;
- g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da família;
- h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- i) Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- j) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo.

Em relação ao quadro funcional a Prefeitura Municipal de Canoinhas conta, atualmente, com 1369 servidores ativos. Desses, 598 são ocupantes de cargos efetivos, investidos através de concurso público. Outros 584 servidores são ocupantes de cargos não efetivos, sem investidura através de concurso público. Dentre esses últimos, 85 são servidores comissionados e 546 são contratados temporários.

No que diz respeito às finanças públicas municipais o balanço patrimonial referente aos anos de 2003, e 2005 apresentado na tabela 04 fornece algumas informações relevantes.

Tabela 04: Balanço Patrimonial de Canoinhas – 2003/2005

| ANO | 2003 | 2004 | 2005 |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo (AR+AC) | 16.523.441,59 | 22.602.664,00 | 28.191.990,80 |
| Ativo Financeiro | 814.923,77 | 704.275,00 | 3.234.415,53 |
| Disponível | 814.895,09 | 704.247,00 | 3.232.868,53 |
| Créditos Circul AF | 28,68 | 28,00 | 1.547,00 |
| Ativo N Fin | 15.708.517,92 | 21.898.389,00 | 24.957.575,27 |
| Divida Ativa | 4.995.489,29 | 8.774.388,00 | 9.700.403,37 |
| Permanente | 10.713.028,58 | 13.124.001,00 | 15.257.171,85 |
| Imobilizado | 10.713.028,46 | 13.124.001,00 | 15.257.171,73 |
| Ativo Real (F + NF) | 16.523.441,69 | 22.602.664,00 | 28.191.990,80 |
| Ativo Compensado | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO | | | |

| | | | |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivo (PR+PL+PC) | 16.523.441,69 | 22.602.664,00 | 28.191.990,80 |
| Passivo Financeiro (PF) | 1.519.753,89 | 345.314,00 | 527.601,27 |
| Depósitos | 156.120,75 | 128.555,00 | 104.003,96 |
| Consignações | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Diversos | 156.120,75 | 128.555,00 | 104.003,96 |
| Obrigac em Circulação | 1.363.633,14 | 216.759,00 | 423.597,31 |
| Restos a pagar Processados | 1.104.388,78 | 216.759,00 | 277.490,85 |
| Fornecedores do Exerc | 1.104.388,78 | 0,00 | 277.490,85 |
| Fornecedores Exerc Ant | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Convênios a pagar | 0,00 | 123.081,00 | 0,00 |
| Obrigações Tributárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Restos a Pagar NP | 259.244,36 | 0,00 | 146.106,46 |
| Restos a Liquidar | 259.244,36 | 0,00 | 146.106,46 |
| Credores diversos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Obrig a PG | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Não Financeiro (PNF) | 978.227,19 | 716.523,00 | 1.994.200,11 |
| Obrigações em circ | 0,00 | 368.612,00 | 950.190,40 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 368.612,00 | 950.190,40 |
| Exigível Longo Prazo | 978.227,19 | 347.911,00 | 1.044.009,71 |
| LP OPC Internas | 88.626,87 | 347.911,00 | 0,00 |
| LP Obrig a Pagar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real (PF + PNF) | 2.497.981,08 | 1.061.837,00 | 2.521.801,38 |
| Patrimônio Líquido | 14.025.460,61 | 21.540.827,00 | 25.670.189,42 |
| Resultado Acumulado | 14.025.460,61 | 21.540.827,00 | 25.670.189,42 |
| Passivo Compensado | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Fazendo uma breve análise dos números referentes aos três últimos balanços podemos verificar que:

a) O patrimônio Líquido do Município apresenta uma tendência de elevação o que indica que o passivo em relação ao ativo do município tem diminuído demonstrado assim uma relativa saúde financeira;

b) O ativo permanente tem apresentado crescimento o que leva a conclusão de que a prefeitura nos anos de 2003, 2004 e 2005 procedeu desembolsos a título de investimento;

c) A dívida ativa municipal tem crescido a despeito das iniciativas governamentais que buscam sua redução.

Após a análise dos tópicos referentes a Sustentabilidade Econômica identificou-se os seguintes problemas:

- a) Poucos investimentos públicos e privados no setor de turismo;
- b) Ausência da cultura e incentivo ao cooperativismo;
- c) Carência de projetos que incentivem o espírito empreendedor da população rural fixando-a no campo.
- d) Predominância do setor terciário na economia do município;
- e) Fraca conscientização quanto a necessidade de preservação do meio por parte agricultores e empresários;
- f) Inexistência de uma conjugação adequada no número de funcionários públicos estáveis, investidos através de concurso público, e servidores não estáveis (comissionados e temporários).
- f) Crescimento da Dívida Ativa;

4.2.3 Sustentabilidade Ecológica

A Sustentabilidade ecológica diz respeito a temas como a produção que respeita os ciclos ecológicos do ecossistema, a prudência na utilização dos recursos naturais não renováveis, prioridade na produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis, redução da intensidade de utilização dos recursos energéticos, tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos e os cuidados ambientais.

Na tentativa de compreender a problemática municipal em relação a esta dimensão foram analisados: Recursos hídricos, solo, vegetação e flora.

4.2.3.1 Recursos Hídricos

Canoinhas apresenta três grandes sistemas fluviais, sendo localizados nos seus limites leste e oeste, respectivamente as bacias dos Rios Canoinhas e Preto, e também a bacia do Rio Paciência, que cruza o município em sua porção central. Estes rios nascem próximos à região de serra e correm no sentido norte, para desaguar no rio Iguaçu, ou Negro, na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

Como pode ser constatado na figura 04, ao todo 23 microbacias compõem o complexo hidrográfico municipal sendo que destas a mais importante é a do Rio Canoinhas cuja área aproximada de drenagem, a maior parte dela localizada na área urbana, é de 1.500 km². Entre os seus afluentes estão os rios Água Verde, Arroio Monjolo e Sanga da Vaca.

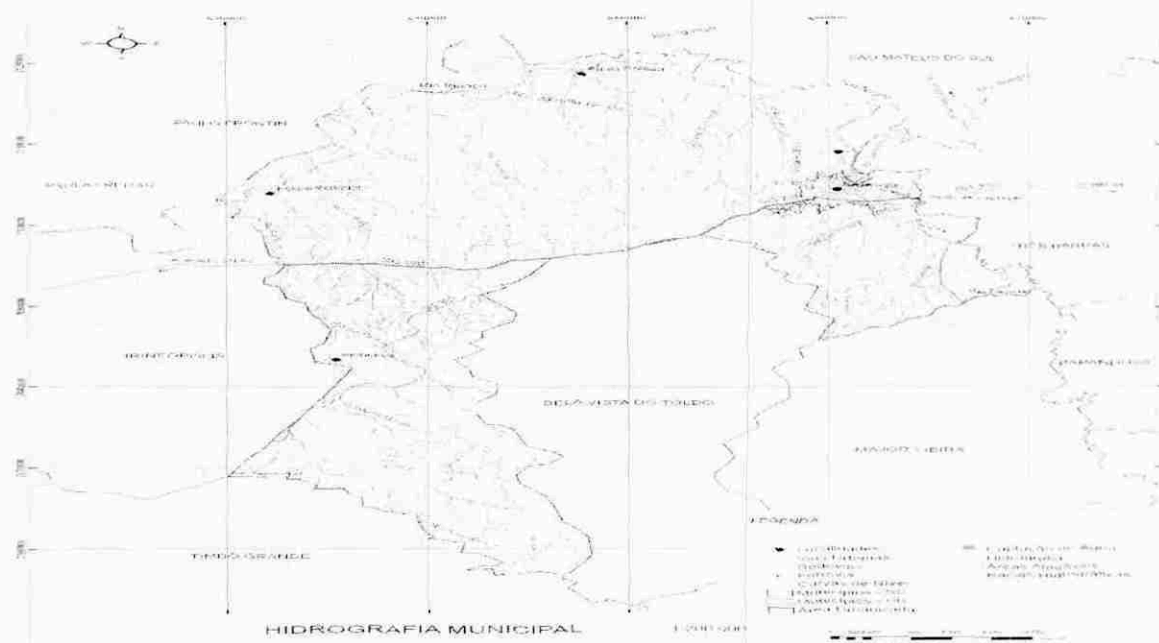


Figura 04: Hidrografia Municipal

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

O Rio Água Verde faz parte da margem esquerda do Canoinhas, com área de drenagem de 54 km². Ele Nasce a leste da área urbana, cruzando esta até o ponto de encontro com o Rio Canoinhas. Já o Arroio Monjolo, tem área de drenagem de 3,0 km², e cruza a área urbana do município, cortando parte da área comercial onde o escoamento é feito por galerias de concreto. A Sanga da Vaca, por sua vez, drena uma área de 0,56 km² na região central da cidade.

Além dos rios citados merecem destaque também os Rios dos porcos, da Areia, dos Pardos, dos Bugres, Anta Gorda, Piedade entre outros.

Um fato que favorece as perdas econômicas, sociais e ambientais no município é o desrespeito às Áreas de Preservação Permanente dos Rios, tanto na área rural quanto na área urbana. Por vezes são encontradas edificações

localizadas a menos de 15 metros dos corpos hídricos, muitas vezes associadas à remoção da mata ciliar.

4.2.3.2 Solo

Conforme o Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina (Brasil, 1986) afloram na região de Canoinhas rochas da Bacia Sedimentar do Paraná, compreendendo unidades litoestratigráficas do segundo e terceiro planalto catarinense.

As rochas existentes na região representam o último ciclo de “continentalização” da bacia sedimentar, representando ambientes geológicos que passam de marinhos rasos (Formação Teresina) para planície costeira (Formação Rio do Rastro) e finalmente para continentais (Formação Botucatu e Serra Geral). A deposição dos sedimentos da Formação Botucatu ocorreu em um ambiente extremamente árido no período tal, sua composição é dada por arenitos eólicos. Após a deposição destes arenitos, responsável pela separação entre a África e a América do Sul, ao qual está associado o extravasamento de mais de 1.700 m de lavas basálticas que hoje formam a denominada Formação Serra Geral. Sobre estas rochas foram depositados os sedimentos aluvionares de idade quaternária e desenvolveram-se as formações superficiais (solos).

A geologia do território municipal representada pelas rochas sedimentares da Bacia do Paraná forma o arcabouço geológico da região, juntamente com os basaltos que formam a Serra das Mortes, no sudoeste do município. Os solos que ocorrem no município foram gerados pela alteração destas rochas. Sobre estes,

nas planícies dos rios do planalto de Canoinhas, foram depositados sedimentos aluvionares de idade quaternária.

As rochas sedimentares e os basaltos, quando maciços, ou seja, sem fraturas (juntas), apresentam baixa permeabilidade, porém esta condição é muito rara, devido à intensa deformação rúptil (desenvolvimento de falhas e fraturas) às quais estas rochas foram submetidas. Em zonas de falha/fraturas a permeabilidade das rochas aumenta bastante, que transforma estas rochas em excelentes aquíferos subterrâneos, com grande potencial para exploração de água para abastecimento público e privado. A permeabilidade acentuada em determinadas regiões, porém, coloca em risco a qualidade das águas subterrâneas, pois possibilita a recarga dos aquíferos por águas contaminadas oriundas da superfície. Desta forma a área urbana de Canoinhas tem forte potencial de contaminação das águas subterrâneas, já que o esgoto doméstico não é coletado, sendo filtrado e então despejado em sumidouros no solo.

4.2.3.3 Vegetação

A vegetação na região de Canoinhas é a floresta ombrófila mista, caracterizada pela ocorrência de espécies espontâneas como a erva-mate, imbuia, araucária, canela, bracatinga, além de madeiras brancas e matas de capoeiras.

Conforme o Inventário de Terras da Microbacia Rio Tigre, no município de Canoinhas (Epagri, 2006) a floresta que nesse ocorre é restrita ao planalto e

caracterizada pela presença do pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*) no estrato superior.

Os campos secundários ocorrem por vezes entre a vegetação arbórea rala. Estes campos são formados por gramíneas grossas e duras e representam campos menos evoluídos. Nestes locais predominam as macegas e espécies forrageiras inferiores.

As porções de mata rala, em geral pouco densas, com árvores menores e irregulares apresentam o sub-bosque densamente povoado por taquarais e carazais, popularmente conhecidos como "faxinal", "caíva", "catanduva" ou "guaxiva".

Outras espécies de árvores que ocorrem neste espaço são: gavirova (ou gabirova), tarumã, pessegueiro-bravo, cedro, vassourão e a canela-sassafrás.

A retirada da vegetação durante o século XX, importante atividade econômica que propiciou o desenvolvimento da região, acabou por reduzir os núcleos florestais nativos a pequenas áreas, que hoje convivem com espécies como o pinus e o eucalipto.

4.2.3.4 Fauna

Os representantes da fauna da região de Canoínhas mais comumente encontrados nos dias de hoje são: roedores (ratos, cutias e pacas), aves como a gralha-azul e o papagaio-de-peito-rocho (ambos ameaçados de extinção), tucanos, além de inúmeros insetos.

A semente da araucária, o pinhão, é muito apreciada pela fauna em geral e se constitui numa fonte de alimento essencial para o seu sustento.

Abaixo, no quadro 03 estão identificadas as espécies de animais, mais comuns na floresta ombrófila mista, tipo de vegetação característica na região.

| | |
|-----------|--|
| Mamíferos | Ampla gama de espécies, representada por roedores, morcegos, tatus, tamanduás, veados, porcos-do-mato, lobos, guaxains, cachorros-do-mato, raposas, onças-pintada, pumas, jaguatiricas, gatos-do-mato, bugios, tapitis, gambás, ouriços, serelepes, cutias, capivaras, lebres e javalis. |
| Aves | Ameaçadas de extinção: gralha-azul, pica-pau-de-cara-acanelada, águia-cinzenta, galinho, papagaio-de-peito-rosa, papa-mosca-do-campo e a codorninha. Uma espécie pode ser considerada exclusiva da floresta com araucárias é o garimpeirinho. |
| Répteis | Serpentes diversas, lagartos, quelônios. |
| Anfíbios | Anuros em geral. |
| Peixes | Grande porte dos rios da região, principalmente o Negro e o Iguaçu favorece desenvolvimento de diversas espécies, muitas com grande porte. |

Quadro 03: Fauna da Floresta Ombrófila Mista
Fonte: Ambiente Brasil, 2005

A fauna associada à floresta ombrófila mista teve seu habitat intensamente reduzido pela exploração da madeira na região, atividade econômica amplamente desenvolvida durante o último século. A redução do tamanho do habitat decorrente da exploração da madeira, a captura para o comércio e a caça representaram importantes fatores que levaram à diminuição do número de espécies animais, sendo que estas atividades ainda se desenvolvem, em menor escala e clandestinamente.

Associada à perda de habitat foram introduzidas espécies exóticas, aumentando a competição por recursos e espaço, além da introdução de doenças

para as quais as espécies nativas não possuíam defesas, diminuindo ainda mais a diversidade de espécies.

Dentro desta temática foram identificados os seguintes problemas que atingem o município:

- a) Poluição dos rios Canoínhas e Campo da Água verde como rejeitos e detritos provenientes de indústrias instaladas nas proximidades;
- b) Retirada da mata ciliar ou plantio de espécies exóticas que comprometem as nascentes;
- c) O corte indiscriminado da mata nativa e fiscalização insuficiente;
- d) Baixo nível de conscientização e conhecimento dos agricultores e comunidades do interior da importância de fazer um manejo racional dos recursos utilizados na produção;
- e) A manutenção do uso das queimadas para preparo do solo em algumas comunidades;
- f) Assoreamento de rios e córregos devido à inadequada utilização do solo.
- g) descarte de embalagens de agrotóxicos em rios e córregos.

4.2.4 Sustentabilidade Espacial/Geográfica

A Sustentabilidade Espacial/Geográfica outro dos pilares em que, segundo Sachs (1986), se apóia o desenvolvimento sustentável trata de temas como a desconcentração espacial (de atividades; de poluição), a desconcentração e democratização do poder local e regional e a relação cidade X campo equilibrada.

Buscando conhecer a realidade do município em relação a essa dimensão foram analisados: o abastecimento de água, o esgoto, a coleta de lixo, a distribuição de energia, a telefonia, o transporte e o sistema viário.

4.2.4.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água no município de Canoinhas atualmente é de competência da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento-Casan. De acordo com a Prefeitura Municipal o contrato de concessão vencido em 2004, atualmente vigora por meio de Gestão Compartilhada com prazo de 5 anos.

Atualmente, segundo informações coletadas durante as entrevistas há um bom atendimento na área urbana, com índices de atendimento acima de 95%. A comunidade dispõe de 06 (seis) reservatórios, com capacidade total de 2,8 milhões de litros. A rede de distribuição municipal segundo a CASAN, possui em torno de 190 Km, com vazão de 100 litros/segundo e o consumo médio é de 243.000 m³/mês.

Pelos dados da Casan e da Prefeitura Municipal existem aproximadamente 14.543 ligações na sede municipal, 12 na localidade de Fartura e 86 em Felipe Schmidt.

A captação para abastecimento da área urbana do município é feita junto ao rio Canoinhas. Nas localidades de Fartura e Felipe Schmidt entre outras o abastecimento é realizado a partir de poços tubulares profundos (popularmente chamados de "poços artesianos"), que alcançam respectivamente as profundidades de 127 m e 136 m.

A tabela 05 apresenta a proporção de moradores por tipo de abastecimento de água com dados do IBGE referentes a 1991 e 2000.

Tabela 05 - Proporção de Moradores por tipo de Abastecimento de Água

| Abastecimento | Censo 1991 | Censo 2000 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Rede Geral | 57,9 | 70,9 |
| Poço ou nascente | 41,4 | 28,7 |
| Outra forma | 0,7 | 0,4 |

Fonte: IBGE, 1991 e 2000.

Dados ratificados pelos Censos Demográficos do IBGE, que demonstram o aumento do atendimento de forma geral. Pode-se verificar observando a tabela acima um crescimento significativo na proporção de moradores atendidos pela rede geral entre os anos de 1991 e 2000.

4.2.4.2 Esgoto

O esgoto também faz parte do contrato de concessão da Casan, no entanto não existe coleta de esgoto na área urbana do município. Isso faz com que existam algumas "alternativas" para resolver o problema. Há lançamento diretamente em córregos e fundos de vale, sistemas com fossa e infiltração e também lançamento clandestino em galeria de água pluvial.

De acordo com os Censos do IBGE apresentados na tabela 06, o histórico das soluções de destinação de esgotamento sanitário, no município demonstra que tem ocorrido um aumento no uso das fossas sépticas.

Tabela 06 - Proporção de moradores por tipo de Instalação Sanitária

| Instalação Sanitária | 1991 | 2000 |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Rede Geral | - | 4,3 |
| Fossa séptica | 51,9 | 60,8 |
| Fossa rudimentar | 44,7 | 31,2 |
| Vala | 1,0 | 1,1 |
| Rio, lago | - | 0,2 |
| Outro escoadouro | 0,1 | 1,2 |
| Não sabe o tipo de escoadouro | 0,2 | - |
| Não tem instalação | 2,2 | 1,1 |

Fonte: IBGE, 1991 e 2000.

Atualmente, a Prefeitura vem trabalhando alternativamente com dois tipos de soluções: Soluções individuais e Soluções coletivas (condomínios).

Esta situação não é a convencional, mas tem sido uma alternativa à falta de rede coletora. O sistema é composto por fossa séptica, caixa de gordura, filtro anaeróbico e lançamento posterior na galeria de águas pluviais. É uma alternativa razoável, pois evita o lançamento direto na galeria de águas pluviais.

4.2.4.3 Coleta de lixo

Atualmente a coleta e disposição dos resíduos domésticos estão sob a responsabilidade da Empresa Serrana Engenharia Ltda vencedora da licitação de prestação de serviços para um contrato de 5 anos, dos quais ainda faltam 2 anos.

De acordo com informações da empresa são coletadas atualmente em torno de 550 a 600 toneladas por mês de resíduos domésticos. A coleta abrange todos os bairros urbanos, conforme disposto no processo licitatório, sendo que nos

bairros a coleta acontece 2 vezes por semana e na região central é diariamente. A empresa realiza também a coleta dos resíduos hospitalares, gratuitamente para os órgãos públicos e mediante pagamento para particulares.

A destinação final de todo o resíduo coletado é feita em aterro sanitário no município de Mafra.

Segundo o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o município contava com um Aterro Sanitário que foi embargado em função da retirada clandestina de saibro no seu entorno. Este Aterro Sanitário, que já foi um lixão no passado, havia sido recuperado para operar como um aterro sanitário devidamente licenciado.

Como não há a separação de resíduos recicláveis, estima-se que este pode chegar a 10% do total de resíduos em peso e 30% em volume.

Os resíduos químicos e industriais são responsabilidade das próprias empresas e contam com um aterro apropriado em Canoinhas e outro em Rio Negrinho.

4.2.4.4 Distribuição de energia

Atualmente a distribuição da energia elétrica é realizada pelas Centrais Elétricas do Brasil S.A – Celesc a partir da sub-estação da Eletrosul existente na região.

Na área urbana, no ano de 2000, o Censo do IBGE apontava um percentual de atendimento de 96,96% da demanda. Esta taxa de atendimento tem sido mantida. A empresa espera estima chegar ao final de 2006 atingindo 95% da demanda urbana.

Com relação ao atendimento na área rural, a partir da solicitação, a Celesc faz o projeto e negocia com a Prefeitura a execução do trecho, mesmo em locais com pouco acesso.

Os números registrados em 2004 disponíveis na tabela 07 demonstram nitidamente o peso do setor industrial no consumo do município, totalizando mais de 55% do total.

Tabela 07: Número de consumidores e consumo de energia por classe .

| Tipo de Consumidor | Nº. Cosumidores | Consumo KW/H |
|---------------------------|------------------------|---------------------|
| Residencial | 12.142 | 20.640.817 |
| Industrial | 444 | 57.724.007 |
| Comercial | 1.350 | 11.873.100 |
| Rural | 3.185 | 7.051.237 |
| Poderes Públicos | 141 | 1.493.484 |
| Iluminação Pública | 1 | 3.159.951 |
| Serviço Público | 8 | 1.970.802 |
| Consumo Próprio | 5 | 88.438 |

Fonte: CELESC, 2004.

4.2.4.5 Telefonia

De acordo com a Prefeitura Municipal, Canoinhas possui 9.000 linhas de telefonia fixa, cerca de 8.000 telefones celulares móveis e 75 celulares rurais fixos. Há 113 telefones públicos, e 25 postos de serviço. O município possui ainda dois provedores de Internet.

4.2.4.6 Transporte

Os modais de transporte no âmbito do município são importantes para o seu desenvolvimento uma vez que definem as principais vias de circulação de

passageiros e produtos. Os Modais de transporte observados no município de Canoinhas foram os seguintes:

a) Transporte Aéreo

O município de Canoinhas não possui aeroporto. Apesar da existência de aeroportos de pequeno porte em Mafra, Porto União e Três Barras, as localizações mais utilizadas pelos munícipes são o Aeroporto Afonso Pena em Curitiba- PR e o Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola em Joinville.

b) Transporte Ferroviário

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico, em Santa Catarina encontram-se 1.365 quilômetros de estradas de ferro, que encontram-se sob a concessão de duas empresas: América Latina Logística- ALL, com 1201 km e Ferrovia Tereza Cristina-FTC, com 164 km.

Neste contexto, o município de Canoinhas encontra-se à margem do trecho Mafra-Porto União, que se encontra sem operação de tráfego desde a década de 60. De acordo com informações da Prefeitura este trecho está sendo utilizado apenas para a passagem de vagões de vistoria da rede. Mesmo assim, ela considera a ferrovia uma potencialidade logística para a região, podendo ser novamente utilizada para carga ou ainda para projetos turísticos.

c) Transporte Rodoviário

O transporte rodoviário interestadual e intraestadual de passageiros é realizado por empresas particulares que detêm a concessão dos trechos específicos. Canoinhas possui um terminal rodoviário de passageiros que está localizado na região central da cidade, próximo ao acesso principal à Rodovia SC

280, Av. Rubens Ribeiro da Silva de onde partem ônibus para outros municípios e estados.

O transporte coletivo do município, por sua vez, é executado pela Empresa Coletivo Santa Cruz Ltda e conta com 6 linhas que atendem todo o perímetro urbano e algumas localidades rurais. São 13 veículos disponíveis com idade variando de 1 a 14 anos.

No caso do transporte escolar, cuja importância para o desenvolvimento do município é ponto pacífico segundo informações da Prefeitura Municipal, que financia boa parte deste, operam hoje 42 linhas de transporte escolar, distribuída em uma frota de 30 ônibus, 1 Sprinte e 11 Kombis. São atendidas aproximadamente 76 localidades rurais, rodados aproximadamente 4.112,20km e transportados 3.671 alunos por dia.

d) Transporte Marítimo

De acordo com a Prefeitura, os principais portos marítimos de escoamento da produção do município são os localizados em Itajaí e em São Francisco do Sul, em Santa Catarina e o de Paranaguá no Paraná.

e) Transporte Pluvial

O Rio Iguaçu no trecho que compõem a divisa do município de Canoinhas com os municípios de São Mateus do Sul, Paulo Frontin e Paula Freitas no Estado do Paraná é trafegável, de forma que o município mantém 4 balsas para transposição de veículos e passageiros até os municípios vizinhos operando nos distritos de Taunay, Paula Pereira, Felipe Schmidt e Santa Leocádia.

4.2.4.7 Sistema Viário

Tendo em vista a extensão territorial do município e a existência de diversas localidades rurais, a malha viária municipal é bastante ampla. Verifica-se a predominância de vias sem pavimentação estando o asfalto e calçamento restritos ao centro e alguns bairros da cidade.

Cabe ressaltar, a importância da Rodovia SC 280 na distribuição do tráfego intra-municipal, pois para conexão de algumas localidades com a Sede é a opção mais viável tendo em vista a pavimentação e em outros casos, dentro do sistema viário do município, a única opção.

Levando em consideração as informações levantadas em relação à sustentabilidade espacial/geográfica foram identificados os seguintes problemas que atingem o município neste campo:

- a) Elevado índice de urbanização aliado à crescente diminuição do interesse dos jovens do município em permanecer no interior;
- b) Ocupações irregulares e deficiência nas delimitações e planejamento para loteamentos;
- c) Inexistência de coleta de esgoto na área urbana do município;
- d) Inexistência de coleta seletiva de materiais recicláveis;
- e) Expressivo número de lotes desocupados em áreas urbanas dotadas de infra-estrutura e aglomerações populacionais em áreas desprovidas da mesma;

4.2.5 Sustentabilidade Cultural

A Sustentabilidade Cultural a última das dimensões do desenvolvimento sustentável trata de temas como soluções adaptadas a cada ecossistema e respeito a formação cultural comunitária.

Na tentativa de conhecer a realidade do município em relação a essa dimensão foram analisados as seguintes variáveis: Equipamentos voltados à cultura, Festas e Manifestações culturais.

4.2.5.1 Equipamentos voltados à cultura

O município de Canoinhas palco de episódios de grande relevância na história de Santa Catarina e do Brasil, e terra que acolheu imigrantes de das mais variadas nacionalidades vem pouco a pouco dispensando uma maior atenção às questões culturais. Atualmente conta com os seguintes equipamentos voltados à cultura:

a) A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, que atualmente conta com 9 técnicos e 15 professores e funciona no centro da cidade em instalações que abrangem a biblioteca municipal, uma sala de museu, salas de aula e sala de exposições, onde são oferecidos à comunidade cursos de música, teatro, canto e artes;

b) A Biblioteca Municipal Alinor Vieira Corte, que possui um acervo de 15.540 livros e atende em média 70 pessoas diariamente;

c) O Museu de Arte de Canoinhas, que fundado em dezembro de 2004, foi resultado de um convênio entre Fundação Cultural e a Universidade do

Contestado, onde são mostradas exposições artísticas temporárias, principalmente dos alunos dos cursos de Design.

4.2.5.1 Festas e Manifestações Culturais

Abrigando uma população que possui como um de seus traços mais marcantes a diversidade étnica o município de canoinhas tem seu calendário anual preenchido por festas, eventos e manifestações culturais que reúnem a comunidade local. Entre as festas e eventos que quebram a rotina do município podem ser citados:

a) Festa da Igreja Matriz

Local: Travessa XV de novembro

Período: maio.

b) Festa do Michuim:

Local: Parque de Exposições Ouro Verde

Período: junho

Realização: Prefeitura Municipal / Núcleo dos Criadores da Região

Atividades: Festa tradicional da região de carne ovina, prato principal Michuim (carneiro assado inteiro).

c) Salseirão Country:

Local: Parque de Exposições Ouro Verde

Período: julho.

d) Mostra Cultural de Dança Municipal:

Local: Ginásio de Esportes Henrique e Anna Zugmann

Data: agosto

Realização: Prefeitura Municipal de Canoinhas

e) Festa da Erva-mate - FESMATE:

Local: Parque de Exposições Ouro Verde

Período: setembro

Realização: Prefeitura do Município de Canoinhas

Atividades: Apresentação de shows, leilão de gado, gastronomia, etc.

f) Feira da Novilha, Novilho e Reprodutor:

Local: Parque de Exposições Ouro Verde.

Período: setembro

Realização: Prefeitura do Município e Associação de Pecuáristas

Atividades: comercialização e exposição de animais.

g) Jeep Raid Cidade de Canoinhas:

Local: Canoinhas

Período: setembro.

h) Aniversário de Canoinhas:

Local: Rua Frei Menandro Kamps, em frente à Igreja Matriz Cristo Rei

Período: 12 de setembro

Atividades: desfile comemorativo ao aniversário de Canoinhas

i) Festa das Nações:

Local: Parque de Exposições Ouro Verde

Período: setembro/outubro.

j) Festa do Tiro (Baile Rei e Rainha do Tiro):

Realização: Sociedade Beneficente Operária

Local: Bairro Campo da Água Verde - Av. Expedicionários s/n.

Período: outubro

Atividades: competições de tiro ao alvo, bailes, gastronomia típica, grupos folclóricos, festa típica alemã.

l) **Baile de Debutantes:**

Local: Canoinhas Tênis Clube

Período: outubro.

m) **Festa dos Mantigueiros:**

Local: Distrito de Marcílio Dias

Período: outubro.

n) **Baile Encontro Nacional de Motoqueiros - Ciclysul:**

Local: Canoinhas

Período: dezembro.

o) **Natal Luz:**

Realização: Prefeitura Municipal de Canoinhas e Câmara de Dirigentes Lojistas.

Local: centro da cidade

Período: dezembro

Atividades: Apresentação de shows todos os dias e premiação da casa melhor decorada com motivos natalinos.

Na área rural, os locais de concentração da comunidade para atividades culturais e esportivas geralmente são os pavilhões das igrejas e as dependências das escolas, onde acontecem festas religiosas ou escolares, bailes e torneios de futebol.

O evento esportivo que mais se destaca na área rural é o Campeonato de Futebol que realizado entre as localidades chega a reunir cerca de 2.000 pessoas contando com aproximadamente com 35 equipes.

Levando em consideração as informações levantadas em relação à sustentabilidade Cultural foram identificados os seguintes problemas que atingem o município nesta dimensão:

- a) Faltam instalações adequadas ao Museu da Fundação Cultural e a Biblioteca Municipal, que encontra-se no segundo pavimento da edificação;
- b) Subutilização do espaço do Parque de Exposições Ouro Verde;
- c) Período de janeiro a maio sem festas ou eventos culturais.

4.3 PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CANOINHAS

Este item tem o objetivo apresentar propostas de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento do município de Canoinhas nas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável. As proposições feitas a seguir obedecem aos marcos conceituais definidos na fundamentação teórica, relacionando os princípios da cada uma das dimensões analisadas.

Não se pretende, no presente estudo, elaborar uma Agenda 21 Local, embora se entenda que a mesma seja um instrumento de importância fundamental na gestão pública do município. O que se busca é tão somente

apresentar propostas que possam uma vez implantadas, propiciar um ciclo contínuo de desenvolvimento sustentável na região.

Para facilitar a apresentação e entendimento as propostas serão divididas em 05 cinco grupos correspondentes às cinco dimensões da sustentabilidade analisadas.

4.3.1 Sustentabilidade social

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabelece que o ser humano constitui o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e tem direito à vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

A sustentabilidade social passa necessariamente pelas condições de: emprego, educação, saúde, habitação e segurança pública. Neste sentido, na tentativa de solucionar os problemas de ordem social encontrados podem ser implementadas as seguintes ações:

- a) Criação de projeto que vise aumentar através de incentivos municipais o nível de formalização no mercado de trabalho de canoinhas;
- b) Incentivo e orientação a formação de pequenas cooperativas tanto no interior como no meio urbano;
- c) Investimento municipal na criação e manutenção de creches;
- d) criação de uma comissão no âmbito da Secretaria Municipal de educação para implantar na rede de ensino um programa de apoio vocacional;

f) Investimento municipal na disponibilização do serviço de atendimento odontológico junto à postos de saúde do interior paralelo a criação de um programa de saúde bucal no município.

e) Criação de uma campanha de combate ao alcoolismo, principalmente infanto-juvenil;

f) Mobilização dos agentes políticos na busca por recursos para programas habitacionais.

4.3.2 Sustentabilidade Econômica

Falar de sustentabilidade econômica é falar da busca por aumentar a produção e riqueza social sem dependência externa, através de um manejo eficiente dos recursos. Ela pode ser analisada através da observação de vários indicadores. No caso do estudo realizado no município de Canoinhas optou-se por trabalhar com o PIB, além de informações a respeito dos setores empresarial e público.

Desta forma, após a identificação dos problemas de sustentabilidade e na tentativa de solucionar os problemas de ordem econômica encontrados, verificou-se que podem ser implementadas as seguintes ações:

a) Investimento municipal e incentivo ao setor privado para a melhoria da infra-estrutura voltada ao turismo;

b) Criação de projetos que através da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural incentivem o espírito empreendedor da população rural;

c) Criação de uma comissão no âmbito da Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico com o objetivo de buscar alternativas para a expansão da representatividade dos setores primário e secundário na economia municipal;

d) Criação de campanha, direcionada a agricultores e empresários, com o intuito de conscientizá-los da necessidade de preservação do meio ambiente.

e) Realização de concurso público voltado à substituição dos servidores municipais contratados por servidores efetivos.

f) Diminuição do número de funcionários comissionados;

g) Criação de campanha voltada a conscientização da população sobre a importância do pagamento em dia do IPTU e demais tributos municipais além da quitação dos que se encontram em dívida ativa;

h) Fornecimento de maior estrutura ao setor tributário.

4.3.3 Sustentabilidade Ecológica

Sustentabilidade ecológica diz respeito a melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações. Neste sentido ela recebe influência direta de fatores como Recursos hídricos, solo, vegetação e flora.

Na tentativa de solucionar os problemas referentes a sustentabilidade ecológica encontrados no município, verificou-se que podem ser implementadas as seguintes ações:

a) Atuação da Secretaria Municipal de Meio ambiente no sentido de fiscalizar os efluentes oriundos de indústrias instaladas nas proximidades de rios e córregos;

b) Criação de campanha visando a conscientização de agricultores e comunidade em geral sobre a importância da mata ciliar, da mata nativa e do descarte correto das embalagens de agrotóxico utilizadas;

c) Orientação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural aos agricultores sobre o uso correto do solo com a utilização, por exemplo, de curvas de nível para se evitar a erosão e a não utilização de queimadas.

4.3.4 Sustentabilidade Espacial/Geográfica

É fácil de perceber o efeito que o excesso de aglomerações humanas e de atividade por eles desenvolvidas tem sobre o meio ambiente e a vida das próprias comunidades. Evitá-los é uma maneira de favorecer o desenvolvimento sustentável da região.

Neste sentido, é importante lembrar a vinculação que o abastecimento de água, o esgoto, a coleta de lixo, a distribuição de energia, a telefonia, o transporte e o sistema viário têm com essa questão. Embora eles se constituam em demandas oriundas destas aglomerações eles são determinantes no sustentabilidade espacial/geográfica.

Na busca por solucionar os problemas referentes a sustentabilidade espacial/geográfica verificados no município, observou-se que podem ser implementadas as seguintes ações:

- a) Criação de campanha de incentivo e conscientização voltada aos jovens do meio rural sobre a importância e viabilidade da atividade agrícola;
- b) Busca de recursos para a melhoria da infra-estrutura rural;
- c) Melhoria no planejamento e fiscalização da ocupação do espaço urbano coibindo ocupações irregulares;
- d) Busca de recursos para a implantação de rede coletora de esgoto na área urbana do município;
- d) Incentivo a criação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis;

4.3.5 Sustentabilidade Cultural

A dimensão cultural também é parte integrante do desenvolvimento sustentável. As expressões culturais como festas, eventos esportivos, folclore, danças e comidas típicas dão ao município identidade sendo fator de integração dos indivíduos.

Tendo como objetivo solucionar os problemas referentes sustentabilidade cultural observados no município, verificou-se que podem ser implementadas as seguintes ações:

- a) Remodelação e adaptação das instalações do Museu da Fundação Cultural e Biblioteca Municipal com o objetivo de permitir o acesso a portadores de deficiência;
- b) Intensificação da utilização do espaço no Parque de Exposições Ouro Verde para eventos.

- c) Criação de comissão no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo para viabilizar o preenchimento do calendário de janeiro, fevereiro, março e abril com festas e eventos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo, estruturado em dois tópicos distintos, apresentam-se as conclusões e as recomendações. No primeiro, seguem-se as principais conclusões obtidas de acordo com os objetivos geral e específicos anteriormente apresentados e a análise dos dados coletados. No segundo, são feitas algumas recomendações com base na vivência do estudo.

5.1 CONCLUSÕES

Em um momento em que tanto se fala em preservação do meio ambiente, inclusão social e desenvolvimento econômico, este estudo procurou, resgatando conceitos de desenvolvimento sustentável, políticas públicas e itens da Agenda 21 apontar alternativas de ações e políticas públicas para o município de Canoinhas.

Com este objetivo, esse trabalho apresentou uma série de dados primários e secundários referentes ao seu processo de desenvolvimento analisando-os dentro da perspectiva da sustentabilidade.

Após a análise dos dados coletados, com base nos conceitos aprendidos principalmente a respeito da Agenda 21 Local, foram propostas ações a serem desenvolvidas pelo poder público municipal, com vistas a favorecer o desenvolvimento sustentável no município.

Desta forma, ao longo da elaboração do presente trabalho, foi possível reconhecer que o desenvolvimento sustentável precisa de uma perspectiva de longo prazo e participação ampla da sociedade na elaboração de políticas, tomada de decisões e implementação. Neste sentido a elaboração de uma Agenda 21 Local como ferramenta de planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável é uma ferramenta de suma importância, pois a partir dela ganha-se um norte que orientará as ações governamentais.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Aqui são apresentados algumas recomendações, em uma tentativa pretensiosa do autor de contribuir para o desenvolvimento sustentável do município de Canoinhas e aprofundar o estudo.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância de se elaborar e implantar *uma Agenda 21 Local para o município*. Isso é considerado fundamental. Este trabalho deve ser realizado em conjunto com a comunidade e seu processo de planejamento precisa estar atrelado à conscientização da sociedade e à capacitação da administração pública para implementá-la.

São necessários, também estudos mais detalhados do município, dividindo-o por áreas e verificando as necessidades específicas de cada área.

Uma outra recomendação é a elaboração e viabilização de aplicação de um plano de marketing para Canoinhas, pois, o plano seria um ótimo instrumento de planejamento que abordaria tanto a questão do turismo, e com isso, de infraestrutura, qualidade de vida, geração de emprego e renda e ecologia, quanto a

questão da economia agrícola do município, promovendo a criação de uma marca para os produtos da cidade.

REFERÊNCIAS

BANDECCHI, Brasil. **O município no Brasil e sua função política**. 5. ed. São Paulo: Pannartz, 1983.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; RIBEIRO, Luiz Alberto de Leers Costa (Coord.). **Infra-estrutura e integração regional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais; Consórcio Sondontécnica/Crescente Fértil, 1999.

BRUSEKE, F. J. **A lógica da decadência**: desestruturação sócio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1996.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais** – os pólos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1977.

CAMPOMAR, Marcos C. Do uso do “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n.3, p. 95-97, jul/set. 1991.

CASTRO, C. M. A escolha do tema. In: _____. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. p. 55-80.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: _____. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 21-39.

CERVO, Amadeo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: MAKRON, 1999.

CRUZ, Silvana Souza da. **Planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso do município de Urubici - SC**. 2005. 105 f. Trabalho de conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DEODATO, Alberto. **Manual de ciência das finanças**, 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1984.

FERREIRA, Elaine. **Um modelo para implementação de desenvolvimento sustentável em cidade originado na opinião de atores sociais e verificação de sua aplicabilidade no município de São Jose, Santa Catarina**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GHISI, Adhemar Paladini. A instituição Municipal. **Revista de Administração municipal**. Rio de Janeiro, v.38, n.200, p. 8-16, jul/set 1991.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores S/A, 1990.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Construindo a Agenda 21 Local**. Brasília, 2000.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

NASCIMENTO, Daniel Trento do. **Agenda 21: análise do processo de implantação da Agenda 21 Local no Município de Florianópolis**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PINHO, José A. Gomes de; SANTANA, Mercejane Wanderley. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 275-297.

PEREIRA, M. F.; ALPERSTEDT, G. D.. **Inovação Tecnológica: um fator impulsionador do desenvolvimento sustentável**. In: XIX SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 1996, São Paulo. Anais... São Paulo: 1996. p. 1689-1702.

PROOPS, John et al. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 104-111.

QUAGLIA, Vicente Celso. **Fundamentos de administração municipal: guia teórico-prático do vereador e do prefeito**. 4. ed Rio de Janeiro: Forense, 1976. 503p.

ROSSETTO, Adriana Marques. Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (SIGAU) para o desenvolvimento sustentável de cidades. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vertice, 1986.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Planejamento e desenvolvimento regional à luz das metodologias ambientalistas**. 1997. Trabalho da Disciplina de Desenvolvimento Regional I Aplicado à Gestão Ambiental (Doutorado em Engenharia da Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

TEIXEIRA, Hélio Janny; SANTANA, Solange Maria. **Remodelando a gestão pública**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1994.

BRASIL, 1986. **Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina**. DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. Escala 1:500.000.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se preparar para as normas ISO 14000**: Qualidade Ambiental. São Paulo: Pioneira, 1995.137p.

VERGARA, Sylvia Maria. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

ZORZAL, Fabio Marcio Bisi. **Gerência de cidades**: infra-estrutura: com estudo de caso para a cidade de Curitiba. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de

Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.